CESP Companhia Energética de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA

GOVERNO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Pela primeira vez as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas incorporando as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, representadas pelos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2008, 2009 e 2010 e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As novas normas contábeis representam o esforço brasileiro no processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) do *International Accounting Standards Board* - IASB, após a emissão da Lei Federal n° 11.638/2007.

Dada a relevância das alterações introduzidas na contabilidade brasileira, as demonstrações contábeis de 2009 foram refeitas de modo a permitir comparabilidade com as demonstrações de 2010.

Os principais itens influenciados pelas alterações introduzidas pelas novas normas estão detalhados nas Notas Explicativas, parte integrante destas demonstrações financeiras. Em especial, a Companhia procedeu à apuração do valor justo de seu ativo imobilizado, representado pelas usinas hidrelétricas. Este procedimento resultou na elevação do valor do imobilizado, com consequente aumento nas despesas de depreciação e diminuição do lucro apurado na demonstração de resultados. Entretanto, os ajustes não afetam o valor dos dividendos a distribuir, que neste exercício alcançaram R$ 239 milhões, dos quais R$ 75 milhões já foram distribuídos antecipadamente sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio.

Este resultado é decorrente das atividades operacionais da Companhia. Neste exercício a Receita Operacional Líquida atingiu R$ 2.905,3 milhões (contra R$ 2.652,8 em 2009, ajustada pelo IFRS), um aumento de 9,5% sobre o resultado do ano anterior.

A geração de caixa medida pelo método EBITDA alcançou R$ 1,92 bilhão, 6,2% superior ao ano anterior, tendo sido direcionada ao processo de desalavancagem da Companhia. A dívida financeira foi reduzida em 16,3%, e a relação dívida financeira *versus* EBITDA atingiu 2,2 vezes, contra 2,8 vezes de 2009 (ajustada pelo IFRS).

II. A CESP E SEU MERCADO

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por seis usinas hidrelétricas: Ilha Solteira (3.444 Megawatts - MW), Engenheiro Souza Dias (Jupiá - 1.551,2 MW), Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera - 1.540 MW), Três Irmãos (807,50 MW), Paraibuna (85 MW) e Jaguari (27,6 MW), num total de 7.455,3 MW de capacidade instalada.

A citada potência confere à empresa o 4º lugar entre as geradoras do país e 3.916 MW médios de Garantia Física que corresponde à fração alocada à CESP da Garantia Física do Sistema que, por sua vez, corresponde à máxima carga que pode ser suprida a um risco pré-fixado (5%) de não atendimento do mesmo.

Em termos de comercialização, a Garantia Física constitui-se na quantidade de energia que a usina pode comercializar em contratos de longo prazo como participante do Mecanismo de Realocação de Energia (mecanismo financeiro de compartilhamento do risco hidrológico que está associado à otimização do sistema hidrotérmico realizada por meio de um despacho centralizado).

Nesse contexto, a CESP comercializa sua energia nos seguintes mercados:

Ambiente de Contratação Regulado - ACR: mediante os contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) firmados com grandes distribuidoras e Contratos de Compra de Energia Elétrica (CCEs) com distribuidoras com carga inferior a 500 GWh/ano.

Ambiente de Contratação Livre - ACL: Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) de curto, médio e longo prazo, negociados com as empresas comercializadoras e com os consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, garantia física e energia contratada são contabilizadas e liquidadas.

• PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais. A busca da eficiência na produção se baseia na associação dos recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2010, a CESP produziu cerca de 4.674,33 MW médios que corresponderam a, aproximadamente, 56% da energia elétrica produzida no Estado de São Paulo e a cerca de 10% de toda energia elétrica gerada no Brasil.

	2006	2007	2008	2009	2010
Produção	4.892	4.703	4.683	4.547	4.674
Garantia Física	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916

• COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2010, a garantia física de 3.916 MW médios, deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas até o centro de gravidade do sistema, representou uma garantia física líquida (própria) de 3.821 MW médios. A esta garantia, em 2010, foram adicionados 105 MW médios, adquiridos em 2007, visando minimizar eventuais exposições na contabilização da CESP perante à CCEE.

A garantia física líquida (própria somada à adquirida de terceiros) foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, por meio dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's com 37 empresas distribuidoras e Contratos de Compra de Energia - CCE's com quatro distribuidoras com carga inferior a 500 GWh/ano e no Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVEE's de curto, médio e longo prazo, negociados com 26 clientes livres e 19 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

• AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADO - ACR

Nos leilões de energia promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizados por intermédio da CCEE, foram negociados um total de 2.518 MW médios com as empresas distribuidoras, considerando os CCEAR's originais.

A legislação faculta às distribuidoras a redução dos CCEAR's em decorrência da saída de consumidores livres, por variação de mercados e contratos assinados antes do advento do Decreto nº 5.163/04. Essas reduções são precedidas do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD pela CCEE. Desde o início dos CCEAR's até o final de 2010 foram processadas 3.323 cessões, acumulando uma devolução nesse período de 109 MW médios para a CESP.

Portanto, em 2010, a parcela de energia, destinada ao ACR totalizou 2.500 MW médios, considera: (i) o início de vigência dos CCEARs referentes aos produtos 2010-2039 (Leilão de Energia de Novos Empreendimentos) que adicionaram mais 148 MW médios neste segmento de mercado; (ii) o montante de 91 MW médios comercializados com distribuidoras com carga inferior a 500 GWh/ano; e (iii) a devolução de 109 MW médios do MCSD.

• AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL

Nesse segmento de mercado, em 2010, a parcela de energia referente aos contratos de venda de energia de curto, médio e longo prazo correspondeu a 1.358 MW médios.

• RESULTADOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2010, a CESP comercializou 3.858 MW médios em contratos, o que representou 98,27% da energia disponível para comercialização (garantia física, líquida e compra de terceiros) totalizando 3.926 MW médios. Para atendimento ao SIN - Sistema Interligado Nacional, liquidou sobras e energia secundária na CCEE equivalentes a 382,39 MW médios de energia no mercado "SPOT" ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, e forneceu 426,46 MW médios de energia ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ao preço da Tarifa de Energia de Otimização - TEO, mantendo uma posição superavitária.

• FATURAMENTO

O faturamento da CESP foi de R$ 3,319 bilhões, sendo R$ 3,170 bilhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulado e livre, R$ 145 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, além R$ 4 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços.

RESULTADO COMERCIAL EM 2010

• RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR:

A CESP faturou R$ 2,013 bilhões, divididos em R$ 1,937 bilhão em CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado com 37 distribuidoras, e cerca de R$ 76 milhões com quatro pequenas distribuidoras com cargas inferiores a 500 GWh/ano.

• RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL:

Neste ambiente, o faturamento total correspondeu a R$ 1,157 bilhão em contratos bilaterais de longo, médio e curto prazos, e foram atendidos 45 clientes, sendo 26 consumidores livres e 19 comercializadoras.

• RECEITAS OBTIDAS COM A ENERGIA LIQUIDADA NA CCEE:

A receita obtida pela empresa na CCEE totalizou cerca de R$ 145 milhões, composta por R$ 113 milhões provenientes do mercado de curto prazo a preço "SPOT" e R$ 32 milhões do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

III. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO DAS USINAS

A CESP tem garantido o atendimento dos compromissos comerciais da empresa, conciliando-o às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 688/2003) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade.

A eficiência das usinas do SIN - Sistema Interligado Nacional é apurada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico por meio do Índice de Disponibilidade (ID), calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (TEIFa) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) definidas pela ANEEL.

A CESP tem superado os valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as suas usinas, cuja média ponderada para o ID (determinada com base na garantia física) é 0,896. Em 2009, o valor apurado foi 0,929 e, em 2010, preliminarmente, de 0,934 (novembro/2010).

Com relação à Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada apurada (TEIFa), que expressa a confiabilidade operacional, a média ponderada dos valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as usinas é 0,0252 e a CESP também tem superado os valores de referência. Em 2009, o valor apurado foi de 0,0059 e, em 2010, preliminarmente, de 0,0061 (novembro/2010).

IV. SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO - ATUALIZAÇÕES

O ano de 2010 foi pautado por alterações na legislação, regulamentação e regulação setorial. No âmbito da Agência Reguladora de Energia Elétrica (ANEEL), foram promovidas 123 Audiências Públicas (APs) e 25 Consultas Públicas (CPs).

A produção regulatória da ANEEL resultou na publicação de 683 resoluções (REA - Resolução Autorizativa; RH - Resolução Homologatória; RN - Resolução Normativa) sendo que 33 delas versaram sobre assuntos de interesse da Empresa e, as mais relevantes citamos a seguir:

a) REN nº 396 de 23/02/2010 - Institui a contabilidade regulatória, o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE com a finalidade de estabelecer as práticas e orientações contábeis às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica;

b) REN nº 399 de 13/04/2010 - Regulamenta a contratação do uso do sistema de transmissão, CUST, em caráter permanente, flexível e temporário e as formas de cálculo dos encargos correspondentes;

c) REH nº 994 de 08/06/2010 - Homologa o resultado da segunda revisão tarifária periódica da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, fixando o reposicionamento tarifário a ser aplicado sobre a parcela vigente;

d) REH nº 1022 de 29/06/2010 - Estabelece o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional, fixa a tarifa de transporte da energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional e estabelece o valor dos encargos de uso aplicáveis às concessionárias de distribuição;

e) REH nº 1023 de 29/06/2010 - Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDG de referência aplicáveis às centrais geradoras conectadas nos níveis de tensão de 88kV a 138kV relativas ao ciclo tarifário 2010/2011;

f) REN nº 409 de 10/08/2010 - Estabelece critérios e procedimentos para participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE;

g) REN nº 412 de 05/10/2010 - Estabelece procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico, e para autorização de aproveitamento de potencial de energia hidráulica com características de Pequena Central Hidrelétrica;

h) REH nº 1097 de 14/12/2010 - Estabelece o valor da Tarifa de Serviços Ancilares - TSA, com vigência à partir de janeiro de 2011, para pagamento do serviço de suporte de reativos, provido por unidade geradora, operando na situação de compensador síncrono;

i) REH nº 1096 de 14/12/2010 - Fixa o valor da Tarifa Atualizada de Referência - TAR, com vigência à partir de janeiro de 2011, para o cálculo da compensação financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH;

j) REH nº 1098 de 14/12/2010 - Estabelece o valor da Tarifa de Energia de Otimização - TEO, a partir de janeiro de 2011, para valorar a energia transferida entre as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

k) REH nº 1099 de 14/12/2010 - Homologa os valores da Curva do Custo do Déficit de energia elétrica e os limites mínimo e máximo do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD para o ano de 2011.

O Ministério de Minas e Energia publicou portarias para regulação do setor, com destaque para a consulta pública que resultou na Portaria 861 tratando da revisão extraordinária dos montantes das garantias físicas de usinas hidrelétricas.

Revisão extraordinária do Montante de Garantia Física de Hidrelétricas - Consulta Pública MME

A Portaria MME 861, resultante da consulta pública, estabelece os fatos relevantes, a metodologia e procedimento para revisão dos montantes de Garantia Física de energia (GF) de Usina Hidrelétrica despachada centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, com capacidade instalada superior a 30 MW. Considerou-se a proposta do MME como um avanço na regulamentação do setor, fortalecendo as bases legais de estímulo à introdução de novas técnicas, modernização de equipamentos e ações para incremento da energia disponível.

Audiências Públicas ANEEL 2010

a) Comercialização de energia - alterações em regras de comercialização e implantação do novo sistema de liquidação e contabilização na CCEE; alteração na Resolução Normativa nº 323/08 sobre critérios e procedimentos para a informação, registro, aprovação e homologação pela ANEEL dos contratos de comercialização de energia elétrica e renovação do Acordo Operacional entre CCEE e o ONS; critérios e condições para a recomposição de lastro para venda de energia e potência;

b) Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento - revisão da Resolução Normativa 316/2008, permitindo a antecipação de investimentos em P&D para empreendimentos que ainda não entraram em operação comercial;

c) Outros: Retirada e venda de bens vinculados à concessão; Estudos de inventários; Operação do sistema interligado nacional - discussão sobre os valores das Curvas de Aversão a Risco a serem utilizados no biênio 2011/2012; Fiscalização de usinas; Revisão das vidas úteis dos bens e instalações do ativo imobilizado em serviço.

Consultas Públicas ANEEL e MME 2010

a) Cessão dos excedentes contratuais de energia elétrica por consumidores livres e especiais;

b) Revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas termelétricas;

c) Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2019;

d) Restrições internas aos submercados que possam impactar nos limites de intercâmbio entre os submercados nos modelos computacionais utilizados pela CCEE para o cálculo do PLD;

e) Portaria (MME 736/10) - Revisão extraordinária dos montantes de garantia física de energia de Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN com capacidade instalada superior a 30 MW.

Leis e decretos federais promulgados em 2010

No campo legislativo, aproximadamente 85 projetos de lei de interesse setorial tramitam no Congresso Nacional e são monitorados pela Empresa, em articulação com as associações setoriais. Dentre as leis sancionadas, destaca-se a instituição da Política Nacional de Segurança de Barragens e, dentre os decretos, dois que alteram a regulamentação da comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, apresentados a seguir:

a) Lei nº 12.212 de 20/01/2010 - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica;

b) Lei nº 12.334 de 20/09/2010 - Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança;

c) Decreto 7129 de 11/03/ 2010 - Dá nova redação ao art. 54 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica;

d) Decreto 7317 de 28/09/2010 - Altera a redação dos arts. 3º, 18, 24 e 27 do Decreto 5.163 de 30/07/2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica.

V. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

É inegável a relevância adquirida pelo tema sustentabilidade. A CESP, ciente da responsabilidade que lhe cabe, tem buscado alinhar-se ao esforço de contribuir com o avanço das práticas sustentáveis, tendo incorporado ao seu cronograma de trabalho, atividades sintonizadas com essa temática. Dentre elas, merecem destaque:

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

A CESP é signatária da Declaração Internacional sobre Produção Mais Limpa do PNUMA tendo encaminhado o seu Plano Preliminar de Implementação, especificando as ações pelas quais planeja tornar concretos os seis princípios da Declaração, o princípio da "Liderança", da "Conscientização, Educação e Formação", da "Integração", da "Pesquisa e Desenvolvimento" e o princípio da "Transparência".

ISE - índice de Sustentabilidade Empresarial

A CESP foi classificada para compor a carteira do ISE para o período de 03 de janeiro a 29 de dezembro de 2011. Pela quinta vez, dentre as seis edições desde a sua criação em 2005, a permanência da CESP na carteira, ratifica o compromisso da Companhia com as questões ambientais e sociais, demonstrando seu alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade e governança corporativa.

ICO2 da BM&FBovespa

A CESP foi uma das 42 empresas fundadoras do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) lançado pela BM&FBovespa e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) cujo objetivo, além de questões relacionadas às mudanças climáticas, é monitorar o retorno das ações de acordo com o grau de eficiência da contabilização de emissão de gases de efeito estufa (GEE) das empresas incentivando-as a aferir, divulgar e monitorar suas emissões de GEE ampliando a transparência aos acionistas, ao mercado e à sociedade visando a atuação em uma economia chamada de "baixo carbono".

Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade da CESP, elaborado em base às diretrizes GRI (Global Reporting Initiative), padrão internacional em relatórios de sustentabilidade, alcançou o nível "C" e é uma iniciativa que visa aproximar cada vez mais a Companhia de suas partes interessadas por meio da divulgação do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Relatório Anual de Responsabilidade Sócio-ambiental da ANEEL

O Relatório de Responsabilidade Sócio-Ambiental solicitado pela ANEEL tem por objetivo a implantação de um instrumento que ilustre a preocupação com o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, mediante incorporação do conceito de um serviço público mais ético, transparente e sustentável.

VI. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Diversidade

Em 2010, a CESP conquistou o Selo Paulista da Diversidade - Categoria Pleno, outorgado pelo Governo do Estado de São Paulo. As ações relacionadas a essa certificação são: Semana Interna da Diversidade (SIDI), Dia da Consciência Negra; "Dia Internacional das Pessoas com Deficiência" e Culto Ecumênico de Ação de Graças, valorizando a diversidade religiosa.

Ações sociais

Site Acessível a Deficientes Visuais - Em 2010 a CESP concluiu a implantação do recurso que possibilita o acesso ao seu site Corporativo, inclusive ao módulo de Relações com Investidores, a deficientes visuais que disponham de softwares do tipo leitores de telas em seus computadores e queiram conhecer a empresa ou se utilizem de alguma página como ferramenta de trabalho.

Instituto Criança Cidadã (ICC)

No ano de 2010, cerca de 5.500 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, todos moradores de comunidades carentes das regiões leste, sul e oeste da capital e do município de Guarulhos foram beneficiados dentro dos quatro projetos da instituição: Transmitindo Cidadania, Gerando Talentos, Manancial de Produção e Nossa Comunidade. O ICC fornece alimentação balanceada, supervisionada por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte e educação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda.

continua

continuação

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

VII. BALANÇO SOCIAL

		2010			2009	
1 - Base de Cálculo		**R$ Mil**			**R$ Mil**	
Receita líquida (RL)		2.905.327			2.652.807	
Resultado operacional (RO)		1.510.320			1.389.843	
Folha de pagamento bruta (FPB)		223.941			204.129	
2 - Indicadores Sociais Internos	**R$ Mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**R$ Mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	8.249	3,68%	0,28%	6.686	3,28%	0,25%
Encargos sociais compulsórios	49.059	21,91%	1,69%	48.659	23,84%	1,83%
Previdência privada	8.407	3,75%	0,29%	7.161	3,51%	0,27%
Saúde	14.064	6,28%	0,48%	14.864	7,28%	0,56%
Capacitação e desenvolvimento profissional	542	0,24%	0,02%	528	0,26%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	65	0,03%	0,00%	51	0,02%	0,00%
Outros	121	0,05%	0,00%	94	0,05%	0,00%
Total - Indicadores Sociais Internos	**80.507**	**35,95%**	**2,77%**	**78.043**	**38,23%**	**2,94%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
3.1 - Educação	**4.739**	**0,31%**	**0,16%**	**3.692**	**0,27%**	**0,14%**
Instituto Criança Cidadã	2.400	0,16%	0,08%	1.600	0,12%	0,06%
Fundo Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CONDECA)	770	0,05%	0,03%	700	0,05%	0,03%
Menor Aprendiz	783	0,05%	0,03%	694	0,05%	0,03%
Educação Ambiental	786	0,05%	0,03%	698	0,05%	0,03%
3.2 - Cultura	**4.515**	**0,30%**	**0,16%**	**2.865**	**0,21%**	**0,11%**
Fundação Patrim.Histórico Energia e Saneamento/Museu	1.375	0,09%	0,05%	800	0,06%	0,03%
Coral CESP	64	0,00%	0,00%	46	0,00%	0,00%
Lei Rouanet e Lei do Audiovisual	3.076	0,20%	0,11%	2.019	0,15%	0,08%
3.3 - Esporte	**400**	**0,03%**	**0,01%**	**664**	**0,05%**	**0,03%**
Lei de Incentivo ao Desporto	0	0,00%	0,00%	664	0,05%	0,03%
Patrocínio Atleta Maurren Maggi	400	0,03%	0,01%	0	0,00%	0,00%
3.4 - Outros	**179.901**	**11,91%**	**6,19%**	**168.210**	**12,10%**	**6,34%**
Compensação Financeira p/Utilização de Recursos Hídricos	178.799	11,84%	6,15%	167.582	12,06%	6,32%
Outros	1.102	0,07%	0,04%	628	0,05%	0,02%
Total das Contribuições para a Sociedade	**189.555**	**12,55%**	**6,52%**	**175.431**	**12,62%**	**6,61%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	408.015	27,02%	14,04%	471.394	33,92%	17,77%
Total - Indicadores Sociais Externos	**597.570**	**39,57%**	**20,57%**	**646.825**	**46,54%**	**24,38%**
4 - Indicadores Ambientais	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**R$ Mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
4.1 - Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	**44.800**	**2,97%**	**1,54%**	**36.617**	**2,63%**	**1,38%**
Reflorestamento Usina de Três Irmãos	2.514	0,17%	0,09%	3.123	0,22%	0,12%
Reflorestamento Usina de Porto Primavera	2.826	0,19%	0,10%	3.768	0,27%	0,14%
Controle de Erosão de Bordas de Reservatórios	30.590	2,03%	1,05%	24.046	1,73%	0,91%
Fiscalização de Borda de Reservatórios	1.085	0,07%	0,04%	277	0,02%	0,01%
Viveiros de mudas - Usinas Jupiá, Primavera e Paraibuna	2.657	0,18%	0,09%	2.215	0,16%	0,08%
Piscicultura - Usinas Jupiá e Paraibuna	1.006	0,07%	0,03%	1.051	0,08%	0,04%
Centro de Conservação do Cervo do Pantanal Promissão	730	0,05%	0,03%	665	0,05%	0,03%
Centro de Conservação de Aves Silvestres Paraibuna	217	0,01%	0,01%	162	0,01%	0,01%
Centro de Conservação de Fauna Silvestre Ilha Solteira	866	0,06%	0,03%	511	0,04%	0,02%
Licenciamentos Ambientais	581	0,04%	0,02%	321	0,02%	0,01%
Pesquisa & Desenvolvimento em Meio Ambiente	256	0,02%	0,01%	270	0,02%	0,01%
Construção de Bacias de Contenção de Óleo	237	0,02%	0,01%	65	0,00%	0,00%
Rede de Ligação de Esgoto nas Usinas	10	0,00%	0,00%	143	0,01%	0,01%
Gerenciamento Resíduos Tóxicos - Ascarel	1.225	0,08%	0,04%	0	0,00%	0,00%
4.2 - Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	**7.481**	**0,50%**	**0,26%**	**5.361**	**0,39%**	**0,20%**
Unidades de Conservação - Parques	3.469	0,23%	0,12%	3.279	0,24%	0,12%
Emancipação Reassentamentos	4.012	0,27%	0,14%	2.082	0,15%	0,08%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**52.281**	**3,46%**	**1,80%**	**41.978**	**3,02%**	**1,58%**
5 - Indicadores do Corpo Funcional		**2010**			**2009**	
Nº de empregados(as) ao final do período		1.463			1.284	
Nº de admissões durante o período		249			0	
Nº de estagiários(as)		26			26	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		987			1.047	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		221			186	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		11,84%			9,46%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		300			270	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		3,95%			4,05%	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		15			15	
6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		**2010**			**Metas 2011**	
		21,17			19,5	
Número total de acidentes de trabalho		10			8	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:			(X) direção e gerências			
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:			(X) todos(as) + Cipa			
A previdência privada contempla:			(X) todos(as) empregados(as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla:			(X) todos(as) empregados(as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:			(X) são exigidos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:			(X) organiza e incentiva			

Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2010	Em 2009
	1.662.674	**2.109.161**
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% sobre o Total	% sobre o Total
Governo	27%	24%
Colaboradores	11%	8%
Acionistas	6%	23%
Terceiros	56%	45%
Retido	0%	0%

VIII. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), para o qual a CESP destina, anualmente, 1% (um por cento) da sua receita operacional líquida, em conformidade com a Lei Federal nº 9.991, de 24/07/2000 e regulamentação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica apresentava a seguinte situação ao final de 2010:

O 1º Ciclo (2005-2006) considera a execução de 25 (vinte e cinco) projetos iniciados em maio de 2007 sendo que 20 foram concluídos e 5 permanecem em andamento. No 2º ciclo (2006-2007), foram elencados 10 projetos iniciados em março de 2009 tendo sido concluídos 3 projetos e 7 estão em andamento. Entre os projetos do 3º ciclo (2007-2008), 4 foram iniciados em 2010 e 8 estão por ser iniciados.

• PROJETOS ESTRATÉGICOS

Entre os projetos, 7 são considerados projetos estratégicos por envolverem outras concessionárias em estudos de grande relevância para o setor elétrico, segundo temas propostos pela ANEEL e que deverão resultar em novos conhecimentos tecnológicos, exigindo esforço conjunto e coordenado entre empresas do setor e entidades executoras.

• OUTROS PROJETOS RELEVANTES

Em 2010, foi concluído o P&D "Associação de graus de proteção às restrições operativas hidráulicas por meio de tempos de recorrência de cheias" que resultou no desenvolvimento da Metodologia PATRICh - Proteção Associada ao Tempo de Retorno Implícito de Cheias oferecendo fundamentação para que os agentes proprietários de reservatórios de usinas hidrelétricas com restrições operativas hidráulicas de vazão defluente máxima possam definir o Tempo de Retorno implícito (TRi) ou, da mesma forma, o grau de proteção contra enchentes a jusante das suas usinas.

Continua em desenvolvimento o projeto de P&D "Planejamento eletro-energético - Uma interface entre a operação a usinas individualizadas e a rede básica". Este projeto tem como principal produto uma plataforma computacional que possa interagir com os principais modelos computacionais utilizados atualmente para realizar o planejamento da operação do sistema elétrico e será capaz de simular, de forma detalhada, as regras e heurísticas operativas para o rateio do bloco hidráulico entre as usinas hidrelétricas que compõem um determinado submercado. Esta ferramenta poderá ser utilizada para a definição de estratégias de operação e gerenciamento de riscos.

IX. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CESP aderiu, em julho de 2006, ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA que se constitui em um conjunto de regras que disciplina as relações entre o acionista controlador, o conselho de administração, a diretoria executiva, demais acionistas e, em especial, o mercado financeiro que é provido de informações com qualidade, agilidade e transparência. Além dos procedimentos exigidos pelo Nível 1 de governança corporativa, a CESP adotou, adicionalmente, as seguintes práticas de governança corporativa, incorporadas ao seu Estatuto Social:

– Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA para dirimir dúvidas de caráter societário;

– "Tag Along" 100% - Direito aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B (CESP 6) à venda conjunta das ações, pelas mesmas condições, em caso de alienação do controle acionário;

– Mandato de dois anos para a Diretoria e Conselho de Administração;

– Conselho de Administração composto por 20% de conselheiros independentes.

• RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A CESP dispõe de uma área de relações com investidores (RI) que coordena a distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores, por meio das teleconferências dos resultados trimestrais, reunião pública anual, "website" corporativo, módulo do RI (www.cesp.com.br/ri); "e-mail" ricesp@cesp.com.br e "mailing list". No decorrer de 2010, foram realizadas cerca de 40 reuniões privadas com analistas de mercado, administradores de fundos e investidores, além de participações em eventos do tipo "Utilities Day".

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto de até quinze integrantes sendo um representante dos acionistas minoritários, um indicado pelos empregados, três conselheiros independentes e os demais indicados pelo acionista controlador. O Conselho reúne-se formalmente pelo menos uma vez ao mês.

• DIRETORIA

A Diretoria, com reuniões semanais, é integrada por cinco membros sendo um diretor presidente e os demais responsáveis por suas áreas de atuação: engenharia, administração, finanças e relações com investidores e geração e comercialização de energia elétrica.

• CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP é constituído por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, sendo dois representantes dos acionistas minoritários. O mandato dos Conselheiros Fiscais é unificado de um ano, podendo ser reeleitos. As reuniões do Conselho Fiscal ocorrem pelo menos uma vez ao mês.

• CÓDIGO DE CONDUTA

Em continuidade ao projeto de implementação de seu Código de Conduta, elaborado em 2008, a CESP introduziu os canais de comunicação, por meio dos quais são recebidas as representações que são submetidas ao Comitê de Conduta, constituído em 01/06/2010. É do Comitê de Conduta a tarefa de analisar os pedidos de supostas violações ao referido Código que, se constatadas, são encaminhadas à alta Administração para encaminhamento das medidas a serem adotadas.

• POLÍTICA SOCIAL EMPRESARIAL

A Política Social Empresarial da Companhia, instituída em 10 de junho de 2007, é baseada em 8 princípios e 10 diretrizes que fundamentam as práticas consagradas na Empresa. A formalização da Política vem ao encontro das novas exigências do mercado globalizado como sustentabilidade empresarial, responsabilidade social e desenvolvimento socioeconômico. Essas práticas são fatores importantes de competitividade para os negócios da Empresa, na relação com os acionistas, credores, clientes, empregados, parceiros, colaboradores e comunidade, governo e sociedade em geral.

• GESTÃO DE RISCOS

A Matriz de Riscos foi implantada em 2010, bem como a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos, contemplando a criação do Comitê de Riscos, coordenada pelo Presidente, com participação de áreas estratégicas, bem como da Coordenadoria de Gestão de Riscos - CGR e Gestores de Riscos Descentralizados - GRD's, sendo estes treinados para atuação de monitoramento dos planos de ações dos riscos identificados.

A partir dessa estruturação, os riscos priorizados serão acompanhados, com projeções de impacto e frequência e criação de indicadores de monitoramento. O projeto prevê, ainda nesse ano, a continuidade na Companhia da metodologia de autoavaliação de controles para os processos relevantes no contexto operacional.

• OUVIDORIA

A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo, disponibiliza, em seu website, um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão dentro da Companhia e atuando como instância final na sua defesa, inclusive, provocando ações de transformação interna visando a melhora da qualidade dos serviços prestados pela Companhia. Em 2010, a maioria das manifestações recebidas estiveram relacionadas com o Concurso Público realizado em 2009. Os casos sobre corte/queda e religação de energia, assuntos que dizem respeito à prestação de serviços pelas empresas distribuidoras foram redirecionados para aquelas empresas. A Ouvidoria pode ser acessada no website corporativo, por meio do ícone "Fale Conosco".

X. MERCADO DE CAPITAIS

No exercício de 2010, a Companhia manteve os limites de créditos aprovados perante às instituições financeiras e iniciou a estruturação da 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, no montante de R$ 150,0 milhões, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI.

Os recursos da referida emissão foram destinados à liquidação dos Bônus da Série nº 6, do Programa de Notas de Médio Prazo, vencíveis em 2 de março de 2011, no valor de principal de US$ 184,0 milhões, mais encargos.

A Companhia reduziu sua dívida financeira em cerca de 16%, encerrando o ano com R$ 4,3 bilhões, sendo 61,6% em moeda nacional e 38,4% em moeda estrangeira e está distribuída da seguinte forma: FIDC's 29,72%, Bônus 36,03%, BNDES 15,71%, Banco do Brasil 8,57% e outros 9,97%.

• AÇÕES DA CESP

Embora o IBOVESPA tenha apresentado grande volatilidade no decorrer de 2010, encerrando o ano com variação negativa de 1,05%, a principal ação da CESP, as Preferenciais Classe B (CESP6) que representam 64% do capital total da Companhia, alcançaram uma valorização de 12,36%, com cotação, em 31 de dezembro, de R$ 27,00. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33% do capital, encerraram o ano com valorização de 12,89%, cotadas a R$ 21,90. As Preferenciais Classe A, que representam 3% do capital, apresentaram queda de 11,33% e eram negociadas a R$ 24,10, no último dia do ano.

XI. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As receitas operacionais totais em 2010 alcançaram R$ 3.319 milhões, com crescimento de 7,6% em relação a 2009, resultado obtido, principalmente, com o aumento da quantidade e dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R$ 1.937 milhões, com o início do faturamento do produto 7, referente leilão de energia para o período 2010 - 2039, no montante de R$ 180 milhões, e pela venda de energia a consumidores livres e agentes comercializadores totalizaram R$ 1.233 milhões e a energia de curto prazo foi de R$ 145 milhões (Nota 27.2).

O Custo do serviço de energia elétrica totalizou R$ 1.443 milhões, com aumento de 6,0 %, segmentado nos itens Custo com energia elétrica (encargos setoriais) e Custo com operação. O aumento no Custo com energia elétrica decorreu do aumento no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD na rubrica de energia comprada. A depreciação informada em Custo com operação decorre do aumento do ativo imobilizado registrado ao custo atribuído. O Custo com operação, desconsiderada a rubrica entidade de previdência, manteve-se em linha como o exercício anterior.

A combinação das receitas, dos custos e da rubrica de entidade de previdência possibilitou que a CESP alcançasse um Lucro Operacional Bruto de R$ 1.510 milhões no exercício de 2010.

O aumento nas Despesas gerais e administrativas decorre da contratação, mediante concurso público, de 249 empregados ocorrida no exercício e que impactaram a rubrica Pessoal, bem como o processo de Georreferenciamento e o início do desenvolvimento do Programa de Monitoramento Patrimonial dos reservatórios das usinas e atualização dos recursos na área de tecnologia da informação na rubrica Serviços de terceiros (Nota 28).

As Outras (despesas) receitas líquidas demonstram uma elevação no nível de provisões, de acordo com a avaliação da Administração, em atendimento ao Pronunciamento Contábil - CPC 25 (Nota 28).

O Resultado Financeiro alcançou R$ 506 milhões negativo. As receitas financeiras atingiram R$ 37 milhões, com a redução na atualização de valores a receber - energia livre e nas quotas subordinadas FIDC. Os encargos de dívidas e outras despesas financeiras registraram uma redução de 6,2% e totalizaram R$ 410 milhões. As variações monetárias e cambiais líquidas alcançaram R$ 133 milhões negativo, (R$ 430 milhões positivo em 2009), decorrente da forte valorização do Real frente ao Dólar norte-americano naquele ano (Nota 29).

O Lucro antes dos impostos registrou R$ 174 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e apropriação de impostos diferidos sobre as variações cambiais líquidas e sobre a depreciação adicional do ativo imobilizado ao custo atribuído, a Companhia encerrou o exercício de 2010 com Lucro Líquido de R$ 93 milhões. As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis contemplam proposta da Administração para distribuição de resultados de R$ 239 milhões, dos quais serão deduzidos os valores já pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, nos exercícios de 2009 e 2010, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	170.760	229.457	411.806
Valores a receber	7	374.810	323.312	326.727
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(21.108)	(14.322)	(24.933)
Tributos e contribuições compensáveis	9	12.269	45.851	14.895
Cauções e depósitos vinculados	10	171.266	117.394	40.540
Almoxarifado		51.670	48.167	20.889
Outros créditos	13	95.441	101.793	105.573
Despesas pagas antecipadamente	12	2.734	424	80.400
		857.842	852.076	975.897
NÃO CIRCULANTE				
Cauções e depósitos vinculados	10	419.173	350.802	283.540
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.101.569	1.167.005	1.131.086
Outros créditos	13	20.399	90.075	111.626
Investimentos	14	8.172	8.172	8.172
Imobilizado	15	16.476.849	17.293.536	18.181.798
		18.026.162	18.909.590	19.716.222
TOTAL DO ATIVO		18.884.004	19.761.666	20.692.119

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE				
Fornecedores		68.302	39.370	27.624
Empréstimos e financiamentos	16	572.901	263.254	321.411
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	17	285.123	632.680	724.165
Tributos e contribuições sociais	20	92.827	98.641	123.784
Valores a pagar	18	37.283	51.658	45.933
Entidade de previdência a empregados	21	–	41.227	62.366
Taxas regulamentares/Encargos de uso do sistema de transmissão	22	100.925	96.238	91.816
Juros s/capital próprio/Dividendos		164.731	67.120	–
Obrigações estimadas e folha de pagamento		41.627	36.023	22.615
Obrigações socioambientais	24.1	24.172	14.212	–
Outras obrigações	24.2	195.398	101.371	104.351
		1.583.289	1.441.794	1.524.065
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamento	16	2.197.143	2.738.053	3.555.086
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	17	1.039.553	1.169.423	1.622.792
Tributos e contribuições sociais	20	115.083	150.085	492.613
Valores a pagar	18	135.968	129.046	161.026
Entidade de previdência a empregados	21	–	71.576	236.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.428.166	1.561.774	1.479.858
Taxas regulamentares/Encargos de uso do sistema de transmissão	22	5.184	17.550	55.371
Provisão para riscos legais	23	1.588.598	1.601.260	1.174.465
Obrigações socioambientais	24.1	228.492	197.131	–
Outras obrigações	24.2	87.577	62.625	103.390
		6.825.764	7.698.523	8.880.623
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	26.1	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	26.3	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial	26.4	1.947.673	2.146.784	2.345.163
Reservas de lucros	26.5	622.747	618.095	–
Lucros acumulados		–	(48.061)	37.737
		10.474.951	10.621.349	10.287.431
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.884.004	19.761.666	20.692.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua

continuação

CESP - Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA

GOVERNO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.905.327	2.652.807
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica		(572.482)	(490.338)
Custo com operação		(822.525)	(772.626)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.510.320	1.389.843
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28.2	(274.646)	(214.594)
Outras despesas operacionais	28.2	(43.716)	(45.740)
Outras (despesas) receitas líquidas	28.3	(512.254)	(525.551)
		(830.616)	(785.885)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**679.704**	**603.958**
RESULTADO FINANCEIRO	29	**(505.974)**	**87.345**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**173.730**	**691.303**
Imposto de renda - corrente	30	(105.928)	(102.881)
Contribuição social - corrente	30	(42.932)	(63.889)
Imposto de renda diferido	11 e 30	51.204	(35.206)
Contribuição social diferida	11 e 30	16.968	(10.791)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		(80.688)	(212.767)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**93.042**	**478.536**
RESULTADO ABRANGENTE		**93.042**	**478.536**
Lucro básico por ação		0,28	1,46
Lucro diluído por ação		0,28	1,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Obs.: a Companhia não possui itens de resultado abrangente no exercício corrente e no exercício anterior, exceto o lucro líquido do exercício e, portanto, não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais)

	2010	2009
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais	3.318.788	3.084.062
(Provisão) p/créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Nota 28)	(6.786)	(8.440)
	3.312.002	3.075.622
Menos:		
Insumos		
Encargos de uso do sistema transmissão/serviços do sistema	322.076	336.991
Energia comprada	109.779	17.252
Serviços de terceiros	98.982	66.995
Materiais	13.667	10.361
Perda/Recuperação de valores ativos	4.859	94.320
Outros custos operacionais	17.323	11.725
	566.686	537.644
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.745.316	2.537.978
Retenções		
Depreciação	781.360	781.229
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.963.956	1.756.749
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas financeiras	37.467	94.310
Variações cambiais líquidas	77.593	665.346
Entidade de previdência - Deliberação CVM nº 371/2000	56.788	105.370
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	68.172	(45.997)
	240.020	819.029
OUTRAS		
Provisões operacionais (Nota 28)	(33.907)	(35.386)
Outras despesas/(receitas) líquidas (Nota 28.2)	(507.395)	(431.231)
	(541.302)	(466.617)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.662.674**	**2.109.161**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração do trabalho (Não inclue INSS)	178.216	159.789
Remuneração administradores	2.250	2.803
Entidade de Previdência Privada	8.407	7.161
	188.873	169.753
Financiadores e aluguéis:		
Juros e encargos de dívidas	410.430	437.472
Variações monetárias	210.604	234.839
Aluguéis	5.659	5.155
	626.693	677.466
Intrasetoriais - Encargos regulamentares:		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	178.799	167.582
Reserva Global de Reversão - RGR	86.294	68.766
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	28.950	26.378
Taxa de Fiscalização - ANEEL/outros encargos	16.050	14.910
	310.093	277.636
Tributos e contribuições sociais:		
Federal	443.849	445.929
Estadual/Municipal	124	59.841
	443.973	505.770
Acionistas:		
Lucro líquido do exercício	93.042	478.536
TOTAL	**1.662.674**	**2.109.161**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010
(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro líquido do exercício		93.042	478.536
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	28	785.108	785.027
Juros, variações monetárias e cambiais	29	450.661	(433.324)
Alienação de investimentos/baixas de imobilizado	28	–	90.178
Ganho na alienação de bens e direitos	28	(10.289)	–
Imposto de renda diferido	11	(51.204)	35.206
Contribuição social diferida	11	(16.968)	10.791
Provisões operacionais	28	33.907	35.386
Entidade de previdência privada - CPC 33/IAS 19	21	(48.381)	(98.209)
Provisão para ações ambientais e cíveis		287.106	385.036
Provisão de redução ao valor recuperável de ativos	28.2	4.859	94.320
Provisão p/desapropriações/cíveis - empresas cindidas	23	(47.260)	15.616
Obrigações socioambientais	24.1	60.612	–
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.1	–	119.000
(Reversão)/provisão p/créditos de liquidação duvidosa	28	6.786	8.440
Outras		7.421	935
		1.555.400	1.526.938
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Valores a receber	7	(17.917)	(33.709)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9	31.746	1.979
Almoxarifado		(3.503)	(2.914)
Despesas pagas antecipadamente	12	(2.310)	20.457
Cauções e depósitos vinculados	10	(67.914)	(5.055)
Outros créditos	13	46.403	(10.246)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		27.145	(7.508)
Encargos de uso do sistema de transmissão	22	(8.973)	–
Tributos e contribuições sociais	20	(38.316)	(14.362)
Pagamentos a entidade de previdência privada	21.2.2	(56.015)	(80.214)
Taxas regulamentares	22	3.961	(11.836)
Pagamentos de riscos legais	23	(74.078)	(19.187)
Parcelamento de ações de desapropriações - cindidas	24.2	(40.127)	–
Obrigações socioambientais	24.1	(19.291)	–
Obrigações estimadas e folha de pagamento		5.604	(2.520)
Outros passivos	24.2	(8.443)	(6.757)
		(222.028)	(171.872)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.333.372**	**1.355.066**
Juros pagos referente empréstimos e financiamentos		(233.063)	(210.360)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.100.309**	**1.144.706**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Imobilizado	15	(116.016)	(135.868)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(116.016)**	**(135.868)**
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	19.1	(933.372)	(1.081.187)
Dividendos		(34.618)	–
Juros sobre capital próprio		(75.000)	(110.000)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(1.042.990)**	**(1.191.187)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(58.697)**	**(182.349)**
(+) Saldo Inicial	6	**229.457**	**411.806**
(=) Saldo Final	6	**170.760**	**229.457**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(58.697)**	**(182.349)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL (Nota 26.3)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS (Nota 26.5)	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31/12/2008 originalmente divulgados	**5.975.433**	**1.929.098**	**–**	**–**	**–**	**7.904.531**
Efeitos dos ajustes na adoção das novas práticas contábeis	–	–	2.345.163	–	37.737	2.382.900
Saldos em 1º de janeiro de 2009 ajustados	**5.975.433**	**1.929.098**	**2.345.163**	**–**	**37.737**	**10.287.431**
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(198.379)	–	198.379	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	478.536	478.536
Proposta de Destinação:						
Reserva legal	–	–	–	38.136	(38.136)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	579.959	(579.959)	–
Juros sobre o capital próprio já distribuídos (1)	–	–	–	–	(110.000)	(110.000)
Dividendos distribuídos (2)	–	–	–	–	(34.618)	(34.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**5.975.433**	**1.929.098**	**2.146.784**	**618.095**	**(48.061)**	**10.621.349**
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(199.111)	–	199.111	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	93.042	93.042
Proposta de Destinação:						
Reserva legal	–	–	–	4.652	(4.652)	–
Juros sobre o capital próprio já distribuídos (Nota 26.5) (3)	–	–	–	–	(75.000)	(75.000)
Dividendos a distribuir (Nota 26.6) (4)	–	–	–	–	(164.440)	(164.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**5.975.433**	**1.929.098**	**1.947.673**	**622.747**	**–**	**10.474.951**

(1) R$ 0,30 por ação ON e PNB e R$ 1,82 por ação PNA
(2) R$ 0,11 por ação ON e PNB
(3) R$ 0,19 por ação ON e PNB e R$ 1,82 por ação PNA
(4) R$ 0,51 por ação ON e PNB

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais)

T1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1. Contexto Operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma companhia de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo e desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP possui um parque gerador instalado de **7.456 MW** (Nota 15.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 53% da potência hidráulica instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupiá, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.000 GWh, ou seja, cerca de 8,4% da energia assegurada do país, de origem hidráulica.

Da receita operacional da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, 71% (67% em 2009) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de compra de energia, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 25% (28% em 2009) no segmento fornecimento de energia (consumidores livres), além de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 27.2).

1.2. Comercialização de Energia (Leilões de Energia)

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo quatro leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	nov/05	94,91
		2.288,0			

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 27.1).

1.3. Renovação das Concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação de parte das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa e/ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Companhia poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

1.4. Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupiá e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupiá.

A Companhia construiu um canal - Canal de Pereira Barreto - com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu a jusante.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são

continua

CESP Companhia Energética de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA

GOVERNO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais)

cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010). Durante 2009 vigorou a TEO de R$ 8,18 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 775, de 16 de dezembro de 2008).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CESP foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que são efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As principais práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados.

Essas demonstrações contábeis são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRS. Os efeitos da adoção destas normas e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A CVM, durante os anos 2009 e 2010, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativa a 1º de janeiro de 2009 (data da transição), para fins de comparação. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 já contemplam a adoção desses normativos, e as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e balanço de abertura levantado em 1º de janeiro de 2009 foram ajustados e reclassificados, a fim de considerar a aplicação desses normativos e tornar as demonstrações contábeis comparativas entre os exercícios divulgados.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a empresa atua. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros "mensurados ao valor justo por meio do resultado", investimentos "mantidos até o vencimento", ativos financeiros "disponíveis para venda" e "empréstimos e recebíveis". A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado", "empréstimos e recebíveis".

3.2.1. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

a. Consumidores e revendedores (nota 7)
b. Valores a receber (nota 7)
c. Outros créditos (nota 13)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2. Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são:

a Cauções e depósitos vinculados (nota 10)
b Quotas Subordinadas - FIDC (nota 10)

3.2.3. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

– Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
– Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
– Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente, o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3. Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4. Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5. Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações contábeis para IFRS (01/01/2009). O IFRS 1/CPC 37 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganhos na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.6. Redução ao valor de recuperação de ativos *(impairment)*

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina ou complexo considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

3.7. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

a. Empréstimos e financiamentos (nota 16)
b. Encargos de dívidas (nota 16)
c. Valores a pagar (nota 18)
d. FIDC's (nota 17)

3.8. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentações ANEEL nº 300/08 e 316/08. Parte desses valores é recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) na razão de 40%, Empresa de Pesquisa Energética (EPE) na razão de 20% e Ministério de Minas e Energia (MME) na razão de 20%. O valor remanescente é utilizado em programas desenvolvidos internamente.

3.9. Provisão para riscos legais

A IAS 37/CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliadas e classificadas com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionadas as que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações contábeis. As que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgadas em nota explicativa.

3.10. Provisões para custos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais uma estimativa dos montantes destes desembolsos possa ser estimada. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são, geralmente, reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.12. Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no IAS 19/CPC 33.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

A partir de 2005, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no resultado do exercício; assim como os custos dos serviços passados.

3.13. Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/2004, pelos Decretos nº 5.163/2004 e nº 5.177/2004 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazos, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.13.1. Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres - grandes consumidores finais que optaram em não adquirem energia dos distribuidores locais.

3.13.2. Suprimento de energia - leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.14. Suprimento de energia - contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

3.14.1 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas no Mercado de Curto Prazo- SPOT e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional - SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é produzido por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da CESP.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.16. Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.17. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.18. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico IAS 33 (CPC 41).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.19. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência

continua

CESP Companhia Energética de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA

GOVERNO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores em milhares de Reais)

da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo continuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para créditos de liquidação duvidosa para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamentos e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS REVISADAS E JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

As normas e respectivas alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Não houve adoção antecipada por parte dessas normas e alterações das normas existentes, quando é permitido, por parte da Companhia.

IFRS 1 e IFRS 7 - Isenções Limitadas de Divulgações Comparativas do IFRS 7 para Entidades que Adotam IFRS pela Primeira Vez

Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações na IFRS 1 e na IFRS 7, as quais abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em, ou após, 1º de julho de 2010.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, conforme cronograma de substituição em três fases estabelecido pelo IASB. Essa norma representa a primeira parte da primeira fase desse cronograma de substituição e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros.

A IFRS 9 simplifica a mensuração de ativos financeiros e estabelece duas categorias principais: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.

A IFRS 9 é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da IFRS 9 e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 - Liquidando Passivos Financeiros com Instrumentos de Patrimônio

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a Interpretação 19, que trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Essa interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em, ou após, 1º de julho de 2010. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da referida interpretação.

IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na Interpretação 14, as quais são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir esses requerimentos. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em, ou após, 1º de janeiro de 2011. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.

IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas

A norma revisada simplifica os requisitos de divulgação para as entidades que são controladas em conjunto ou significativamente influenciadas por um governo (referido como entidades ligadas ao governo) e clarifica a definição de uma parte relacionada. A norma exige a aplicação retroativa. Assim, no ano do requerimento inicial, divulgações para o período comparativo deverão ser corrigidas. Aplicação antecipada é permitida, de toda a norma revista ou da isenção parcial para o governo, entidades ligadas. Se uma entidade aplicar a norma ou a isenção total ou parcial, por um período com início antes de 1º de janeiro de 2011, é obrigada a divulgar esse fato. A CESP está analisando os eventuais impactos de sua adoção e, portanto, não optou pela sua adoção antecipada.

IAS 32 - Classificação das Emissões de Direitos (*Classification of Rights Issues*)

Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da IAS 32, que trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em qualquer moeda são instrumentos patrimoniais em vez de passivos derivativos conforme estabelecido anteriormente. As alterações da IAS 32 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de fevereiro de 2010. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas demonstrações contábeis.

Aprimoramentos às IFRSs em 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e da IFRIC 13.

As mudanças da IFRS 1 adicionaram requerimentos de divulgação sobre mudanças de políticas contábeis no ano de adoção da IFRS e critérios para a utilização da mensuração a valor justo e incluíram a utilização do custo atribuído para operações sujeitas a preços regulados.

As alterações da IFRS 3 são relativas às disposições transitórias para contraprestações contingentes de combinações de negócios que precedam à revisão da IFRS 3 de 2008, à mensuração da participação de acionistas não controladores e às concessões de pagamentos baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente em combinações de negócios.

As modificações da IFRS 7 e da IAS 1 correspondem, respectivamente, a esclarecimentos sobre as divulgações de instrumentos financeiros e a apresentação de uma análise de outros resultados abrangentes por componente do patrimônio, enquanto as alterações da IAS 27 são relacionadas às disposições transitórias para as alterações oriundas da revisão da IAS 27 em 2008.

As alterações da IAS 34 são relativas a requerimentos de divulgação de eventos e transações significativas e as alterações da IFRIC 13 tratam da mensuração a valor justo de créditos concedidos em programas de fidelização de clientes.

As mudanças da IFRS 3 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de julho de 2010. As demais alterações de normas serão aplicadas aos períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2011. A Companhia está analisando os eventuais impactos da adoção dessa norma, e, portanto, não optou pela sua adoção antecipada.

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (*Disclosures - Transfers of Financial Assets*)

Em outubro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IFRS 7, com o objetivo de adicionar divulgações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os riscos de exposição decorrentes da transferência de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade, promovendo transparência na divulgação dessas transações, em particular naquelas que envolvem securitização de ativos financeiros.

As alterações da IFRS 7 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de julho de 2011. A Companhia entende que as alterações do referido pronunciamento não impactarão suas demonstrações contábeis.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (*Financial Instruments*)

Em outubro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IFRS 9. A alteração dessa norma adicionou requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e representa a segunda parte da primeira fase do cronograma de substituição da IAS 39.

As alterações da IFRS 9 serão aplicáveis aos períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação dessa norma e eventuais diferenças em relação à IAS 39.

IFRS 1 e IFRS 9 - Hiperinflação Severa e Remoção de Datas Fixas para Entidades que Adotam o IFRS pela Primeira Vez (*Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters*)

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IFRS 1, estabelecendo as características de uma hiperinflação severa e a adoção do valor justo como custo atribuído de todos os ativos e passivos detidos pela entidade até a data em que esta deixou de ser submetida à hiperinflação severa. Além disso, o IASB alterou as IFRSs 1 e 9, a fim de remover as datas fixas a partir das quais as entidades adotantes pela primeira vez das IFRSs deveriam mensurar a valor justo os ativos e passivos financeiros, substituindo-as pela data de transição para as IFRSs.

As alterações das IFRSs 1 e 9 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1° de julho de 2011. Em virtude da adoção pela primeira vez das IFRSs no exercício corrente, as alterações das IFRSs 1 e 9 não afetarão as demonstrações contábeis da CESP.

IAS 12 - Tributos Diferidos: Realização de Ativos Correspondentes (*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*)

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IAS 12, na qual introduziu uma presunção refutável de que propriedades para investimento avaliadas ao valor justo conforme a IAS 40 são realizadas integralmente através da venda e, consequentemente, o passivo fiscal diferido ou ativo fiscal diferido deve ser mensurado a fim de refletir essa condição. Essa presunção é refutável se a propriedade para investimento for mantida com o objetivo de consumir substancialmente todos os benefícios econômicos inerentes ao longo do tempo.

As alterações da IAS 12 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2012. A Administração da Companhia entende que essa alteração da norma não afetará as demonstrações contábeis da CESP.

5. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações contábeis, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

A Companhia aplicou as novas práticas contábeis em todos os períodos apresentados, o que incluem as demonstrações contábeis da Companhia na data de sua adoção, 1º de janeiro de 2009, em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2010. Na mensuração dos ajustes e preparação do balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

5.1. ICPC 10 - Custo atribuído (*Deemed Cost*) do ativo imobilizado

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído do ativo imobilizado, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes com experiência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. A avaliação foi realizada por usina, considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia.

O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de distribuição de dividendos.

Em decorrência da adoção do custo atribuído, o patrimônio líquido em 01/01/2009 foi aumentado em R$ 2.345.163 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R$ 1.208.115.

Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual. O aumento na quota de depreciação recalculada em decorrência da aplicação do custo atribuído resultou em R$ 301.684 em 2010 e R$ 300.574 em 2009. A Administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação nos exercícios futuros serão próximos aos realizados em 2009 e 2010.

5.2. CPC 33 - Benefícios a Empregados

Essa isenção não é aplicável, uma vez que a Companhia já adotava política de reconhecer os ganhos e perdas atuariais ao resultado do exercício.

5.3. CPC 20 - Custo de Empréstimos

A Companhia aplica a isenção relativa aos custos de empréstimos estabelecidos no IFRS 1 e IAS 23/CPC 20. Assim sendo, não capitalizou juros aos ativos qualificáveis que ocorreram antes de 01/01/2009, data de transição de acordo com essa norma. Até a data de transição, a Companhia capitalizava encargos financeiros de acordo com as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

5.4. CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões para riscos legais anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão, no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/05, a qual foi revogada pela adoção do CPC 25, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

5.5. CPC 26 - Apresentação das Demonstrações contábeis

Esse Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparação, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, o Pronunciamento estabelece requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorre nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao CPC 26 esses impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no ativo não circulante da Companhia.

5.6. ICPC 08 - Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis; Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

O Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembléia geral, deva ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior esses dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

5.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - impostos diferidos

As mudanças das práticas contábeis, com a implantação dos CPCs, geraram efeitos tributários, os quais foram neutralizados com a aplicação do Regime tributário de transição - RTT estabelecido pela lei 11.941 de 27.05.2009. Essa neutralidade gerou imposto de renda e contribuição social diferidos.

5.8. Demonstrativos dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis

5.8.1. Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2009

Contas (Valores em R$ 1.000)	BRGAAP 01/01/2009	Efeito da transição para IFRS: Reclassificação	Efeito da transição para IFRS: Ajustes	IFRS 01/01/2009
ATIVO	**17.061.183**	**77.658**	**3.553.278**	**20.692.119**
CIRCULANTE	**975.897**	**–**	**–**	**975.897**
Caixa e equivalentes de caixa	411.806	–	–	411.806
Valores a receber	326.727	–	–	326.727
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.933)	–	–	(24.933)
Tributos e contribuições compensáveis	14.895	–	–	14.895
Cauções e depósitos vinculados	40.540	–	–	40.540
Almoxarifado	20.889	–	–	20.889
Outros créditos	105.573	–	–	105.573
Despesas pagas antecipadamente	80.400	–	–	80.400
NÃO CIRCULANTE	**16.085.286**	**77.658**	**3.553.278**	**19.716.222**
Cauções e depósitos vinculados	205.882	77.658	–	283.540
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.131.086	–	–	1.131.086
Outros créditos	111.626	–	–	111.626
Investimentos	8.172	–	–	8.172
Imobilizado	14.628.520	–	3.553.278	18.181.798
PASSIVO	**9.156.652**	**77.658**	**1.170.378**	**10.404.688**
CIRCULANTE	**1.561.802**	**–**	**(37.737)**	**1.524.065**
Fornecedores	27.624	–	–	27.624
Empréstimos e financiamentos	340.761	–	(19.350)	321.411
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	742.552	–	(18.387)	724.165
Tributos e contribuições sociais	123.784	–	–	123.784
Valores a pagar	45.933	–	–	45.933
Entidade de previdência a empregados	62.366	–	–	62.366
Taxas regulamentares/Encargos do sistema de transmissão	91.816	–	–	91.816
Obrigações estimadas e folha de pagamento	22.615	–	–	22.615
Outras obrigações	104.351	–	–	104.351
NÃO CIRCULANTE	**7.594.850**	**77.658**	**1.208.115**	**8.880.623**
Empréstimos e financiamentos	3.555.086	–	–	3.555.086
Valores a pagar	161.026	–	–	161.026
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.622.792	–	–	1.622.792
Entidade de previdência a empregados	236.022	–	–	236.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	271.743	–	1.208.115	1.479.858
Tributos e contribuições sociais	492.613	–	–	492.613
Taxas regulamentares/Encargos do sistema de transmissão	55.371	–	–	55.371
Provisão para riscos legais	1.096.807	77.658	–	1.174.465
Outras obrigações	103.390	–	–	103.390
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.904.531**	**–**	**2.382.900**	**10.287.431**
Capital social	5.975.433	–	–	5.975.433
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	–	2.345.163	2.345.163
Reservas de capital	1.929.098	–	–	1.929.098
Lucros acumulados	–	–	37.737	37.737
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17.061.183**	**77.658**	**3.553.278**	**20.692.119**

5.8.2. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Contas (Valores em R$ 1.000)	BRGAAP 31/12/2009	Efeito da transição para IFRS: Reclassificação	Efeito da transição para IFRS: Ajustes	IFRS 31/12/2009
ATIVO	**16.315.138**	**267.178**	**3.179.350**	**19.761.666**
CIRCULANTE	**852.076**	**–**	**–**	**852.076**
Caixa e equivalentes de caixa	229.457	–	–	229.457
Valores a receber	323.312	–	–	323.312
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.322)	–	–	(14.322)
Tributos e contribuições compensáveis	45.851	–	–	45.851
Cauções e depósitos vinculados	117.394	–	–	117.394
Almoxarifado	48.167	–	–	48.167
Outros créditos	101.793	–	–	101.793
Despesas pagas antecipadamente	424	–	–	424
NÃO CIRCULANTE	**15.463.062**	**267.178**	**3.179.350**	**18.909.590**
Cauções e depósitos vinculados	83.624	267.178	–	350.802
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.167.005	–	–	1.167.005
Outros créditos	90.075	–	–	90.075
Investimentos	8.172	–	–	8.172
Imobilizado	14.114.186	–	3.179.350	17.293.536
PASSIVO	**7.792.512**	**267.178**	**1.080.627**	**9.140.317**
CIRCULANTE	**1.467.087**	**–**	**(25.293)**	**1.441.794**
Fornecedores	39.370	–	–	39.370
Empréstimos e financiamentos	274.199	–	(10.945)	263.254
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	647.028	–	(14.348)	632.680
Tributos e contribuições sociais	98.641	–	–	98.641
Valores a pagar	51.658	–	–	51.658
Entidade de previdência a empregados	41.227	–	–	41.227
Taxas regulamentares/Encargos do sistema de transmissão	96.238	–	–	96.238
Juros s/capital próprio	67.120	–	–	67.120
Obrigações estimadas e folha de pagamento	36.023	–	–	36.023
Obrigações socioambientais	14.212	–	–	14.212
Outras obrigações	101.371	–	–	101.371
NÃO CIRCULANTE	**6.325.425**	**267.178**	**1.105.920**	**7.698.523**
Empréstimos e financiamentos	2.738.053	–	–	2.738.053
Valores a pagar	129.046	–	–	129.046
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.169.423	–	–	1.169.423
Entidade de previdência a empregados	71.576	–	–	71.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	455.854	–	1.105.920	1.561.774
Tributos e contribuições sociais	150.085	–	–	150.085
Taxas regulamentares/Encargos do sistema de transmissão	17.550	–	–	17.550
Provisão para riscos legais	1.334.082	267.178	–	1.601.260
Obrigações socioambientais	197.131	–	–	197.131
Outras obrigações	62.625	–	–	62.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.522.626**	**–**	**2.098.723**	**10.621.349**
Capital social	5.975.433	–	–	5.975.433
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	–	2.146.784	2.146.784
Reservas de capital	1.929.098	–	–	1.929.098
Reservas de lucros	618.095	–	–	618.095
Lucros acumulados	–	–	(48.061)	(48.061)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.315.138**	**267.178**	**3.179.350**	**19.761.666**

5.8.3. Resumo dos efeitos no patrimônio líquido

	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido reportado em BRGAAP	**7.904.531**	**8.522.626**
Ajustes:		
Custo atribuído	3.553.278	3.179.350
Empréstimos e Financiamentos (Encargos de Dívidas)	19.350	10.945
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios/FIDC	18.387	14.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.208.115)	(1.105.920)
Total ajustes	**2.382.900**	**2.098.723**
Patrimônio líquido em CPCs/IFRS	**10.287.431**	**10.621.349**

5.8.4. Ajuste no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Valores em R$ 1.000	31/12/2009
Lucro líquido em BRGAAP	**762.713**
Ajuste CPC 20 (TIR sobre empréstimos) (a)	(12.444)
Complemento de provisão para redução ao valor recuperável (b)	(36.376)
Depreciação sobre o ajuste a custo atribuído do ativo imobilizado	(300.574)
Custos retardatários - engenharia (c)	(36.978)
IR e CS diferidos sobre os ajustes	102.195
Lucro líquido em IFRS	**478.536**

(a) Ajuste CPC 20: refere-se ao impacto da adoção do CPC 20 - Custos de Empréstimos na mensuração de instrumentos financeiros com correção pela CDI ou contratados em moeda estrangeira (US$) da Companhia, ajustados pela TIR - taxa interna de retorno;

(b) Complemento de provisão para redução ao valor recuperável: corresponde à comparação do custo contábil e valor justo das unidades geradoras de caixa (nota 15.4);

(c) Custos retardatários - engenharia: referem-se a valores gastos em 2009, em proteção de encostas nos reservatórios da Companhia.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores em milhares de Reais)

O quadro a seguir apresenta a conciliação das contas integrantes do resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Conciliação do Resultado	BRGAAP 31/12/2009	Ajuste	IFRS 31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.652.807	–	2.652.807
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica	(490.338)	–	(490.338)
Custo com operação	(472.103)	300.523	(772.626)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.690.366	300.523	1.389.843
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(214.594)	–	(214.594)
Administradores	–	–	–
Outras despesas operacionais	(45.740)	–	(45.740)
Outras (despesas) receitas líquidas	(452.146)	73.405	(525.551)
	(712.480)	73.405	(785.885)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**977.886**	**373.928**	**603.958**
RESULTADO FINANCEIRO	**99.789**	**12.444**	**87.345**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**1.077.675**	**386.372**	**691.303**
Imposto de renda - corrente	(102.881)	–	(102.881)
Contribuição social - corrente	(63.889)	–	(63.889)
Imposto de renda diferido	(110.350)	(75.144)	(35.206)
Contribuição social diferida	(37.842)	(27.051)	(10.791)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(314.962)	(102.195)	(212.767)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**762.713**	**284.177**	**478.536**
RESULTADO ABRANGENTE	**762.713**	284.177	**478.536**
Lucro básico por ação	2,33	0,87	1,46
Lucro diluído por ação	2,33	0,87	1,46

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Tipo de Aplicação	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa				
Depósitos bancários à vista		77	4.409	28.219
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM	Fundo	155.896	224.717	334.578
Banco Nossa Caixa S.A.	CDB/CDI	–	31	5.239
Banco Bradesco S.A.	CDB/CDI	9.067	299	43.770
Outras Instituições	CDB/CDI	5.720	1	–
		170.683	225.048	383.587
		170.760	**229.457**	**411.806**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas de 95% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e a fundo vinculado ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, fundo este 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. VALORES A RECEBER

	31/12/2010 Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	Total	31/12/2009 Total	01/01/2009 Total
Consumidores					
Industrial (*)	53.900	4.172	58.072	59.319	68.488
Comercial	–	–	–	289	881
Serviços públicos	16.338	–	16.338	14.132	34.207
	70.238	4.172	74.410	73.740	103.576
Revendedores					
Contratos de Compra de Energia	6.079	–	6.079	15.623	9.466
Agentes Comercializadores	28.212	–	28.212	10.779	30.804
Leilões de Energia	222.555	–	222.555	205.868	162.118
	256.846	–	256.846	232.270	202.388
Energia Livre/CCEE					
Energia Livre (RTE)	–	–	–	612	3.231
Energia Livre (RTE) - Despacho ANEEL nº 2517	13.651	–	13.651	–	–
CCEE	29.903	–	29.903	16.690	17.532
	43.554	–	43.554	17.302	20.763
	370.638	**4.172**	**374.810**	**323.312**	**326.727**

(*) A Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R$ 4.172, para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores (Notas 8 e 13 (a)).

7.1. Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2010, a concentração dos cinco principais clientes é de 29% do total da carteira (26% em 31 de dezembro de 2009); enquanto os seis principais clientes representam 29% da receita bruta da empresa.

7.2. Energia Livre - RTE

O Acordo Geral do Setor Elétrico foi instituído por ocasião do período de racionamento havido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, inclusive na região Sudeste onde se encontra a CESP. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

O pagamento da Energia Livre foi baseado nos preços praticados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE (atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e esse custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que, à época, a CESP respondia por, aproximadamente, 12% da Energia Assegurada do país. Parte desse pagamento foi efetuada com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Este custo está sendo recuperado através da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE: acréscimo tarifário que as distribuidoras arrecadam mensalmente de seus consumidores e repassam parcialmente aos geradores. O prazo de vigência da RTE para cada distribuidora foi estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484/2002 (contados desde dezembro de 2001).

A CESP atualiza os saldos das distribuidoras, conforme orientações dos Ofícios Circulares ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e nº 74, de 23 de janeiro de 2006, que definem a incidência da SELIC pela taxa simples capitalizada mensalmente mais 1% a. a. para o montante financiado pelo BNDES, sendo que para o restante não financiado incide apenas a remuneração pela taxa SELIC.

Com os recursos repassados pelas distribuidoras, a CESP amortizou parcelas dos contratos firmados com o BNDES, cujos saldos foram quitados antecipadamente em 14 de agosto de 2006.

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre, atualizados até julho de 2010, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cuja composição é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2010
Energia Livre (RTE)	
Circulante	
Valor faturado	20.813
Valor recebido	(7.162)
Total	**13.651**

Adicionalmente, a CESP efetuou o pagamento às Distribuidoras relativo às diferenças de repasses financeiros de Energia Livre, no montante de R$ 19.809.

7.3. Energia de Curto Prazo - CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE *versus* o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

Mediante declaração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE sobre o desligamento do agente União Comercializadora de Energia S.A., por descumprimento de obrigação, a Companhia registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R$ 3.824 (Nota 8).

No período findo em 2010, a Companhia comercializou o montante de R$ 144.889 (R$ 148.191 em 2009) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 27.3).

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O saldo e movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte composição:

	Consumidores (nota 7.1)	Valores a Receber (nota 7.3)	Outros créditos (nota 13)	Total
Saldo em 01/01/2009	**(19.050)**	**–**	**(5.883)**	**(24.933)**
Baixa de títulos incobráveis	14.878	–	–	14.878
Adições líquidas de reversões (PCLD)	–	–	(4.267)	(4.267)
Saldo em 31/12/2009	**(4.172)**	**–**	**(10.150)**	**(14.322)**
Baixa de títulos incobráveis	–	–		
Adições líquidas de reversões (PCLD)	–	(3.824)	(2.962)	(6.786)
Saldo em 31/12/2010	**(4.172)**	**(3.824)**	**(13.112)**	**(21.108)**

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de renda (a)	4.148	5.112	7.457
Contribuição social (b)	1.485	967	1.048
COFINS a compensar	3.346	2.808	3.062
PIS a compensar (c)	3.290	36.964	3.328
	12.269	**45.851**	**14.895**

(a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

(b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

(c) Saldo remanescente de créditos de PIS decorrente de retenções na fonte. O valor de R$ 36.964 (31/12/2009), é decorrente principalmente do ganho de ação ajuizada em 08 de junho de 2005, em processo de repetição de indébito, referente a recolhimento de PIS sobre receitas financeiras e não operacionais (alargamento da base de cálculo) no período de junho de 2000 a dezembro de 2002, onde R$ 33.731, foram integralmente utilizados na compensação de PIS e COFINS devidos nos meses de agosto e setembro de 2010.

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Cauções e depósitos vinculados			
Quotas subordinadas - FIDC (a)	–	117.394	40.540
Depósitos vinculados (b)	171.266	–	–
	171.266	117.394	40.540
Não Circulante			
Depósitos Judiciais			
Ações cíveis	142.473	83.441	31.546
Ações trabalhistas - recursais	19.657	20.604	19.496
Outros	182.183	171.635	56.045
	344.313	275.680	107.087
Cauções			
Quotas subordinadas - FIDC (a)	74.860	75.122	176.453
	419.173	350.802	283.540
	590.439	**468.196**	**324.080**

(a) Créditos caucionados equivalentes a quotas pertencentes à CESP, vinculadas aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (II - 100 quotas e IV - 72 quotas), que só poderão ser resgatadas no vencimento das últimas parcelas, concomitantemente com a liquidação de cada fundo, com vencimentos para: FIDC II - outubro/2010 e FIDC IV - maio/2017. Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

(b) Refere-se à aquisição de US$ 102.783 mil efetuados em outubro e novembro de 2010 para liquidação do empréstimo *Medium Term Notes*, bônus Série 6 com vencimento em 02/2011 (nota 16.2.3.a).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R$ 3.210.251, sendo: R$ 2.399.860 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R$ 1.409.823 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R$ 990.037), e de contribuição social de R$ 810.391 (formado por base negativa de contribuição social de R$ 453.978 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R$ 356.413).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2010, de créditos de prejuízos fiscais - imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 9 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2019, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Composição dos saldos:

	ATIVO 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	PASSIVO 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda						
Prejuízos fiscais registrados (*)	809.671	856.708	831.681	–	–	–
Prejuízos fiscais	600.152	600.151	743.371	–	–	–
Diferenças intertemporais	990.037	937.996	809.171	–	–	–
Variações cambiais líquidas s/empréstimos e financiamentos	–	–	–	1.054.596	1.148.364	1.088.131
	2.399.860	2.394.855	2.384.223	1.054.596	1.148.364	1.088.131
Contribuição social						
Base negativa registrada (*)	291.898	310.297	299.404	–	–	–
Base negativa	162.080	162.080	213.637	–	–	–
Diferenças intertemporais	356.413	337.679	271.978	–	–	–
Variações cambiais líquidas s/empréstimos e financiamentos	–	–	–	373.570	413.410	391.727
	810.391	810.056	785.019	373.570	413.410	391.727
Provisão sobre créditos tributários de realização incerta	(2.108.682)	(2.037.906)	(2.038.156)	–	–	–
	1.101.569	**1.167.005**	**1.131.086**	**1.428.166**	**1.561.774**	**1.479.858**

(*) Em 2010 foram realizados e compensados com recolhimentos, o montante de R$ 65.436, sendo: prejuízo fiscal de R$ 47.037 e base negativa de R$ 18.399, decorrente de lucro tributável apurado e de adição de variações cambiais (positivas) e de exclusão de variações cambiais (negativas), pela liquidação de parcelas de principal de contratos de empréstimos em moeda estrangeira (regime de caixa para tributação), apropriado a débito do resultado.

A partir do exercício de 2003, a Companhia adotou o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como conseqüência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 29).

Os créditos fiscais registrados no total de R$ 1.101.569 (R$ 1.167.005 em 31/12/2009), deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 e 2020	Total
Parcela Estimada de Realização	105.126	97.019	133.928	157.354	133.081	281.087	193.974	1.101.569

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Juros sobre empréstimos e financiamentos (*)	–	–	80.028
Prêmios de seguros	2.734	424	372
	2.734	**424**	**80.400**

(*) Refere-se a juros pagos antecipadamente sobre contrato BNDES/Brady.

13. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Créditos de alienação de bens e direitos	1.354	1.563	4.499
Créditos diversos (a)	17.116	12.565	19.832
Depósitos vinculados - FIDC	31.555	26.015	20.935
Ordens de projetos - P & D	27.942	21.961	17.429
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás)	4.712	4.720	–
Outros	1.719	3.762	1.063
EMURB - Processo 413/90 (b)	–	15.147	25.454
DAEE - Cessão de Créditos (c)	11.043	16.060	16.361
	95.441	101.793	105.573
Não Circulante			
EMURB - Processo 413/90 (b)	–	–	18.177
Créditos de alienação de bens e direitos	5.719	6.698	8.869
Bens destinados a alienação (d)	1.361	70.058	69.959
Ordens de projetos	13.319	13.319	13.319
Outros	–	–	1.302
	20.399	90.075	111.626
	115.840	**191.868**	**217.199**

(a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R$ 13.112. (Nota 8).

(b) Referia-se ao saldo de acordo firmado em 10 de janeiro de 2003, com a Empresa Metropolitana de Urbanização - EMURB, para recebimento em 8 parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA e juros de 6% a.a., decorrente de ação de indenização por desapropriação. Saldo liquidado em 25 de março de 2010.

(c) Contrato firmado em 21 de julho de 2006, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos para quitação de dívida de contrato entre a CESP e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, com vencimento final em 31 de agosto de 2010; e contrato firmado em 30 de novembro de 2009 com vencimento final em abril de 2011. Em 26 de março e 25 de abril de 2007, foram firmados termos aditivos a esse contrato alterando o prazo de recebimento para 40 parcelas mensais, além de aditivos contratuais celebrados em 21/01/2008 e em 30/04/2009, no valor de R$ 11,2 milhões e de R$ 10 milhões, respectivamente.

(b) Em maio de 2010 foram alienados terreno e edifícios comerciais (não vinculados à concessão), pelo valor de R$ 91.500, com recebimento à vista e ganho na alienação de R$ 10.289 (nota 28.2).

14. INVESTIMENTOS

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ações de empresas em projetos c/recursos do FINAM	7.857	7.857	7.857
Outros investimentos	315	315	315
	8.172	**8.172**	**8.172**

15. IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 15.1 a 15.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2010 Líquido	31/12/2009 Líquido	01/01/2009 Líquido
Em Serviço						
Terrenos		1.044.546	–	1.044.546	1.031.048	1.090.193
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	25.774.102	(15.023.018)	10.751.084	11.267.648	11.784.283
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1,8%	7.542.195	(5.400.213)	2.141.982	2.277.368	2.414.506
Máquinas e Equipamentos	1,5%	8.369.146	(5.995.534)	2.373.612	2.499.186	2.624.845
Veículos	11,3%	19.982	(17.292)	2.690	4.701	6.902
Móveis e Utensílios	6,8%	29.040	(16.461)	12.579	12.086	9.363
		42.779.011	(26.452.518)	16.326.493	17.092.037	17.930.092
Em Curso						
Terrenos		480	–	480	480	480
Reservatórios, Barragens e Adutoras		42.270	–	42.270	35.166	–
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		9.381	–	9.381	4.612	–
Máquinas e Equipamentos em Manutenção		69.184	–	69.184	23.907	–
Máquinas e Equipamentos em Montagem		55.050	–	55.050	22.281	–
Depósitos Judiciais		68.344	–	68.344	206.572	251.023
Ações de Desapropriações e cíveis		–	–	–	–	–
Outros		4.826	–	4.826	2.801	203
		249.535	–	249.535	295.819	251.706
Subtotal		43.028.546	(26.452.518)	16.576.028	17.387.856	18.181.798
Provisão para redução ao valor recuperável		(99.179)	–	(99.179)	(94.320)	–
Total		**42.929.367**	**(26.452.518)**	**16.476.849**	**17.293.536**	**18.181.798**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	Saldo em 31/12/2009	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação Baixas	Saldo em 31/12/2010
Em Serviço						
Terrenos	1.031.048	–	–	13.568	(71)	1.044.546
Reservatórios, Barragens e Adutoras	11.267.648	–	(516.635)	–	71	10.751.084
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.277.368	–	(134.754)	–	(632)	2.141.982
Máquinas e Equipamentos	2.499.186	–	(129.486)	4.031	(118)	2.373.612
Veículos	4.701	–	(2.260)	225	24	2.690
Móveis e Utensílios	12.086	–	(1.973)	2.625	(159)	12.579
	17.092.037	–	(785.108)	20.449	(885)	16.326.493
Em Curso						
Terrenos	480	13.568	–	(13.568)	–	480
Reservatórios, Barragens e Adutoras	35.166	7.104	–	–	–	42.270
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4.612	4.701	–	–	68	9.381
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	23.907	44.890	–	–	387	69.184
Máquinas e Equipamentos em Montagem	22.281	39.625	–	(4.031)	(2.825)	55.050
Depósitos Judiciais	206.572	–	–	–	(138.228)	68.344
Ações de Desapropriações e cíveis	–	–	–	–	–	–
Outros	2.801	6.128	–	(2.850)	(1.253)	4.826
	295.819	116.016	–	(20.449)	(141.851)	249.535
Subtotal	17.387.856	116.016	(785.108)	–	(142.736)	16.576.028
Provisão para redução ao valor recuperável	(94.320)	(4.859)	–	–	–	(99.179)
Total	**17.293.536**	**111.157**	**(785.108)**	**–**	**(142.736)**	**16.476.849**

continua

CESP Companhia Energética de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA

GOVERNO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores em milhares de Reais)

	Saldo em 01/01/2009	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação Baixas	Saldo em 31/12/2009
Em Serviço						
Terrenos	1.090.193	–	–	13.323	(72.468)	1.031.048
Reservatórios, Barragens e Adutoras	11.784.283	–	(516.635)	–	–	11.267.648
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.414.506	–	(134.828)	–	(2.310)	2.277.368
Máquinas e Equipamentos	2.624.845	–	(129.492)	7.500	(3.667)	2.499.186
Veículos	6.902	–	(2.236)	35	–	4.701
Móveis e Utensílios	9.363	–	(1.836)	4.559	–	12.086
	17.930.092	–	(785.027)	25.417	(78.445)	17.092.037
Em Curso						
Terrenos	480	13.323	–	(13.323)	–	480
Reservatórios, Barragens e Adutoras	–	35.166	–	–	–	35.166
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	–	4.612	–	–	–	4.612
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	–	18.008	–	–	5.899	23.907
Máquinas e Equipamentos em Montagem	–	29.781	–	(7.500)	–	22.281
Depósitos Judiciais	251.023	34.592	–	–	(79.043)	206.572
Outros	203	386	–	(4.594)	6.806	2.801
	251.706	135.868	–	(25.417)	(66.338)	295.819
Subtotal	18.181.798	135.868	(785.027)	–	(144.783)	17.387.856
Provisão para redução ao valor recuperável	–	(94.320)	–	–	–	(94.320)
Total	**18.181.798**	**41.548**	**(785.027)**	**–**	**(144.783)**	**17.293.536**

15.1. Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos relevantes para o parque gerador.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R$ 68.344, iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina Engº Sérgio Motta (Porto Primavera) e outras demandas de usinas da CESP.

Os custos retardatários dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (nota 28.2).

15.2. Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupados em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia, a saber:

Bacia	Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio (1)	Entrada em Operação (2)	Prazo de Concessão
Paraná	Ilha Solteira **(3)**	20	3.444	1.949	18/07/73	07/07/15
	Jupiá	14	1.551	886	14/04/69	07/07/15
	Três Irmãos **(4)**	5	808	–	28/11/93	18/11/11
	Engenheiro Sérgio Motta **(5)**	14	1.540	1.017	23/01/99	21/05/28
Paraíba	Jaguari	2	28	14	05/05/72	20/05/20
	Paraibuna	2	85	50	20/04/78	09/03/21
			7.456	**3.916 (5)**		

(1) É a energia disponível para comercialização nas usinas de um sistema interligado, apurada na barra da usina, na conexão com o Sistema Interligado Nacional (Nota 1.1).
(2) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.
(3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.
(4) Localiza-se no rio Tietê, mas opera de forma integrada com a usina de Ilha Solteira, através do Canal de Pereira Barreto.
(5) Da energia assegurada da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

Obs.: Dados relacionados à potência e energia não foram auditados pelos auditores.

15.3. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

15.4. Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 27 e ICPC 10 (IAS 16), a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

Exceto para terrenos, os bens integrantes da infraestrutura de cada usina (exceto Paraibuna e Jaguari) foram valorizados ao custo de reposição depreciado, de acordo com a planilha de orçamentação da Eletrobrás. Os valores históricos dos terrenos foram atualizados monetariamente utilizando a condição valor em uso. Os custos socioambientais também foram considerados de acordo com a legislação atual (usina nova). Para o cálculo da depreciação das usinas foram utilizadas as vidas úteis econômicas determinadas pela ANEEL. Também foram incluídos os custos de juros durante o prazo médio de construção de uma usina (remuneração do ativo em construção).

O custo de reposição depreciado de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável (*impairment*), considerando os seguintes fluxos de caixa: (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros das operações pelo prazo remanescente da concessão; e (ii) o valor presente do fluxo de caixa futuro da indenização, com base no custo de reposição depreciado, calculado até o final da concessão. Dada a operação em conjunto (complexo), as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas como uma única unidade geradora de caixa. As usinas Paraibuna e Jaguari, que não foram valorizadas ao custo de reposição depreciado tiveram seu custo atribuído com base no seu valor recuperável.

Por esta metodologia, o valor justo das usinas (ou complexo) registrado em 01/01/2009 está representado pelo valor de reposição depreciado ou valor recuperável (fluxo de caixa descontado das operações e da indenização) dos dois o menor.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

	01/01/2009		
Usina	**Custo atribuído limitado ao valor de recuperação (R$)**	**Valor contábil (R$)**	**Mais (menos) valia (R$)**
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	**18.091.775**	**14.538.497**	**3.553.278**
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			**2.345.163**

Movimento	Imobilizado R$	Impostos diferidos Passivo R$	Patrimônio líquido R$
Saldo em 01/01/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31/12/2009	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31/12/2010	**2.951.020**	**1.003.347**	**1.947.673**

15.5. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

(a) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

(b) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliado ao custo de reposição (custo atribuído) depreciado pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;

(c) Taxa de desconto compatível com o mercado (2008: 6,80%; 2009: 6,69%; 2010: 6,24% a.a. líquida de imposto de renda);

(d) As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas uma única Unidade Geradora de Caixa, dado que operam de forma integrada (complexo integrado).

Na revisão dos valores do saldo do ativo imobilizado avaliado a valor justo (custo atribuído) em 31/12/2009 e 31/12/2010, verificou-se a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável nas Unidades Geradoras de Caixa Jaguari e Ilha Solteira/Três Irmãos, a saber:

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1. Composição

	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009
		Principal				Principal			
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira									
Instituições Financeiras (1)	3.034	97.739	141.074	241.847	7.088	103.596	249.563	360.247	643.163
BNDES (2)	2.196	56.530	647.389	706.115	–	48.119	744.084	792.203	1.061.834
Medium Term Notes (3)	23.119	300.002	366.564	689.685	14.025	–	702.754	716.779	961.941
CPFL	–	–	–	–	34	8.914	–	8.948	36.000
Outras Instituições	46	384	2.006	2.436	77	401	2.764	3.242	4.811
	28.395	454.655	1.157.033	1.640.083	21.224	161.030	1.699.165	1.881.419	2.707.749
Moeda Nacional									
Instituições Financeiras (4)	970	44.351	99.790	145.111	1.197	41.850	136.013	179.060	253.555
Notas de Médio Prazo (5)	39.299	–	899.341	938.640	32.720	–	856.681	889.401	858.569
ELETROBRÁS (6)	–	5.231	40.979	46.210	–	5.233	46.194	51.427	56.624
	40.269	49.582	1.040.110	1.129.961	33.917	47.083	1.038.888	1.119.888	1.168.748
	68.664	**504.237**	**2.197.143**	**2.770.044**	**55.141**	**208.113**	**2.738.053**	**3.001.307**	**3.876.497**

16.2. Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

(1) O saldo é devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, na posição de 15 de abril de 1994, pela assinatura do contrato com a União em 31 de dezembro de 1997 no contexto do Plano *Brady*, e é composto como segue:

Tipo	Anos Vencto. (b)	Anos Carência (b)	Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bônus de Conversão da Dívida (a)	18	10	17 parcelas semestrais	*LIBOR* semestral + 7/8	97.739	134.904	253.491
Bônus de Dinheiro Novo (a)	15	7	17 parcelas semestrais	*LIBOR* semestral + 7/8	–	–	9.550
Bônus de Redução Temporária de Juros - FLIRB (a)	15	9	13 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - *LIBOR* semestral + 13/16	–	–	9.693
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	141.074	216.798	355.644
					238.813	**351.702**	**628.378**

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.
(b) A partir de 15 de abril de 1994.

O empréstimo indexado ao franco suíço, com taxa de juros média de 3,60% a.a., no valor de R$ 1.498 em 31/12/2009, foi liquidado em agosto de 2010.

(2) O saldo refere-se a contrato firmado com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em 02 de dezembro de 2002, cujo montante original é de US$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do Plano *Brady,* referentes a "Bônus ao Par" no valor de US$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US$ 227.134 mil.

(3) Nesta rubrica estão registradas operações no mercado internacional de capitais, sem garantias, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

(a) Série 6 (ISIN nº US12517GAD79): saldo remanescente de R$ 305.919 (R$ 330.169 em 31/12/2009) referente ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 03 de março de 2006, no valor de US$ 300 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único dos títulos em fevereiro de 2011. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional. Em janeiro de 2007, foram liquidados antecipadamente R$ 247.691 (principal) em processo de *tender offer*.

(b) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): saldo de R$ 366.564 (R$ 396.647 em 31/12/2009) referente ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US$ 220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Os títulos identificados acima integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US$ 700 milhões em 2001, aditado para US$ 800 milhões em maio de 2002, US$ 975 milhões em agosto de 2006 e US$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de *Sale and Leaseback* e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas Demonstrações Contábeis em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

16.3. Informações sobre operações em Moeda Nacional

(4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

(a) Valor de principal composto por saldo de R$ 144.141 (R$ 177.863 em 31/12/2009), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,40% a.a., indexado de duas formas:

- Saldo de R$ 116.327 (R$ 146.415 em 31/12/2009), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
- Saldo de R$ 27.814 (R$ 31.448 em 31/12/2009), referente ao acordo denominado BIBS - *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* - títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexadas pela variação do IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

(5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de notas de médio prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no valor de R$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de **principal** desta operação em 31 de dezembro de 2010 era de R$ 899.341 (R$ 856.681 em 31/12/2009).

(6) Saldo de principal de R$ 46.210 (R$ 51.427 em 31/12/2009) referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:

(a) Saldo de R$ 44.595 (R$ 49.596 em 31/12/2009) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina Engº. Sérgio Motta, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de dezembro de 2019.

(b) Saldo de R$ 1.615 (R$ 1.831 em 31/12/2009) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de IRD - Instrumento de Reconhecimento de Débito, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 31/07/2020.

16.4. O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
Moeda	**R$ mil**	**US$ mil (Equivalente)**	**%**	**R$ mil**	**US$ mil (Equivalente)**	**%**	**R$ mil**	**US$ mil (Equivalente)**	**%**
US$	1.611.689	967.284	100,00	1.848.701	1.061.740	99,92	2.674.022	1.144.211	99,86
CHF	–	–	–	1.457	837	0,08	3.755	1.607	0,14
	1.611.689	**967.284**	**100,00**	**1.850.158**	**1.062.578**	**100,00**	**2.677.777**	**1.145.818**	**100,00**

16.5. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2010, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US$ mil (Equivalente)	R$ mil	R$ mil	R$ mil
2012	80.184	133.602	36.186	169.788
2013	287.777	479.494	36.186	515.680
2014	57.308	95.486	12.913	108.399
2015	47.131	78.529	908.020	986.549
De 2016 a 2020	220.812	367.916	46.805	414.721
De 2021 a 2024	1.204	2.006	–	2.006
	694.416	**1.157.033**	**1.040.110**	**2.197.143**

16.6. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

	Nos Exercícios		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
US$	(4,31)	(25,49)	31,94
CHF (Sw Fr)	(5,47)	(22,39)	38,22
TR	0,69	0,71	1,62
IGP - M	11,32	(1,72)	9,81
IGP - DI	11,30	(1,43)	9,10

17. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
	Encargos	Circulante Principal	Não Circulante Principal	Total	Total	Total
- FIDC I	–	–	–	–	–	160.803
- FIDC II	–	–	–	–	185.352	368.060
- FIDC III	–	–	–	–	179.851	379.060
- FIDC IV	11.221	273.902	1.039.553	1.324.676	1.436.900	1.439.034
	11.221	**273.902**	**1.039.553**	**1.324.676**	**1.802.103**	**2.346.957**

Vencimentos:	
- 2012	253.261
- 2013	232.013
- 2014	210.139
- 2015	187.664
- 2016	132.980
- 2017	23.496
	1.039.553

17.1. FIDC II

Em 05 de outubro de 2005, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC II, no montante de R$ 650 milhões, lançado pela CESP em conjunto com os Bancos ABC Brasil S.A., Bradesco S.A. e sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,65% a.a. e liquidado em 05 de outubro de 2010.

O fundo, do tipo fechado, foi constituído mediante cessão de créditos oriundos de 57 CCEAR's 2005/2006 (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 29 distribuidoras de energia elétrica.

17.2. FIDC III

Em 31 de agosto de 2006, foi concluída a operação do FIDC III, no montante de R$ 650 milhões, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e participação dos bancos Bradesco S.A. e ABC Brasil S.A., com prazo de 4 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,5% a.a.. O fundo utilizou excedentes dos contratos cedidos ao FIDC II e foi resgatado em 31 de agosto de 2010.

17.3. FIDC IV

Em 18 de dezembro de 2007, ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 08 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a.a.. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia.

A Companhia possui cauções em quotas subordinadas da operação remanescente (FIDC IV) no total de R$ 74.860 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembléia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

18. VALORES A PAGAR

		31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
Credor	**Objeto**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Total**	**Total**
ELETROBRÁS	- Energia de ITAIPU, Própria e Transporte de Potência (a)	32.377	124.112	156.489	162.125	184.812
	- Refinanciamento (b)	4.906	11.856	16.762	18.579	22.147
		37.283	**135.968**	**173.251**	**180.704**	**206.959**

(a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação anual do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente. O mesmo foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 15 de outubro de 2015.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais)

(b) Refere-se a termo aditivo ao contrato referido no item "a", autorizado pela Resolução de Diretoria nº 374/04 da Eletrobrás, celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 15 de maio de 2014.

19. QUADRO RESUMO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, VALORES A PAGAR E FIDC

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

Empréstimos e Financiamentos + FIDC + Valores a Pagar

Valores em R$ mil

	Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos – Encargos	Periodicidade de Pagamentos – Principal	Encargos	Circulante	Não Circulante	31/12/2010 Total	31/12/2009 Total	01/01/2009 Total
MOEDA ESTRANGEIRA								**28.395**	**454.655**	**1.157.033**	**1.640.083**	**1.881.419**	**2.707.749**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS								**3.034**	**97.739**	**141.074**	**241.847**	**358.749**	**639.307**
	BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US$	16.1 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr. e Out.)	Sem. (Abr. e Out.)	2.757	46.102	115.255	164.114	221.796	362.440
	BRADY - DINHEIRO NOVO	US$	16.1 item 1	0,875% a.a.+ LIBOR	abr-2009	Sem. (Abr. e Out.)	Sem. (Abr. e Out.)	–	–	–	–	–	9.723
	BRADY - CONVERSÃO	US$	16.1 item 1	0,875% a.a.+ LIBOR	abr-2012	Sem. (Abr. e Out.)	Sem. (Abr. e Out.)	277	51.637	25.819	77.733	136.953	257.277
	BRADY - REDUÇÃO INÍCIO	US$	16.1 item 1	0,8125% a.a.+ LIBOR	abr-2009	Sem. (Abr. e Out.)	Sem. (Abr. e Out.)	–	–	–	–	–	9.867
BNDES	BRADY	US$	16.1 item 2	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev., Abr., Jun., Ago., Out., Dez.)	(Fev., Abr., Jun., Ago., Out., Dez.)	**2.196**	**56.530**	**647.389**	**706.115**	**792.203**	**1.061.834**
MEDIUM TERM NOTES								**23.119**	**300.002**	**366.564**	**689.685**	**716.779**	**961.941**
	SÉRIE 6	US$	16.1 item 3	Taxa Fixa = 10% a.a.	mar-2011	Sem. (Mar. e Set.)	Parcela Única no Final	10.027	300.002	–	310.029	327.633	438.824
	SÉRIE 7	US$	16.1 item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev. e Ago.)	Parcela Única no Final	13.092	–	366.564	379.656	389.146	523.117
CPFL	CRC	US$	16.1 item 4	50% (0,8125% a.a. + LIBOR)	jan-2010	Mensal	Sem. (Jan. e Jul.)	–	–	–	–	**8.948**	**36.000**
OUTRAS INSTITUIÇÕES								**46**	**384**	**2.006**	**2.436**	**4.740**	**8.667**
	ELETROPAULO	US$		Div. (0,8125% a.a. + LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr. e Out.)	Sem. (Abr. e Out.)	46	384	2.006	2.436	3.242	4.811
	UBS	CHF		SEBR FIXA + 0,75% a.a.	ago-2010	Sem. (Fev. e Ago.)	Sem. (Fev. e Ago.)	–	–	–	–	1.498	3.856
MOEDA NACIONAL								**40.269**	**49.582**	**1.040.110**	**1.129.961**	**1.119.888**	**1.168.748**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS								**970**	**44.351**	**99.790**	**145.111**	**179.060**	**253.555**
	B. BRASIL - (BNDES/BIB's)	R$	16.3 item 5	8,07549% a.a. + (IGP-M / TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	970	44.351	99.790	145.111	179.060	213.460
	CRÉDIT SUISSE 52,5	R$		maior entre 99% CDI e Var. US$	abr-2010	Mensal	Mensal	–	–	–	–	–	40.095
MEDIUM TERM NOTES													
	BÔNUS - SÉRIE 8	R$	16.3 item 6	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	**39.299**	**–**	**899.341**	**938.640**	**889.401**	**858.569**
ELETROBRÁS								**–**	**5.231**	**40.979**	**46.210**	**51.427**	**56.624**
	ELETROBRÁS - RGR	R$	16.3 item 7	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	–	5.001	39.594	44.595	49.596	54.598
	ELETROBRÁS - IRD	R$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev,Mai,Ago,Nov)	Trim. (Fev,Mai,Ago,Nov)	–	230	1.385	1.615	1.831	2.026
OUTRAS DÍVIDAS								**11.910**	**310.496**	**1.175.521**	**1.497.927**	**1.982.807**	**2.553.916**
VALORES A PAGAR													
	ELETROBRÁS (FURNAS/ITAIPÚ)	R$	18 ítem (a) e (b)	10% a.a. + IGP-M	out-2015	Mensal	Mensal	**689**	**36.594**	**135.968**	**173.251**	**180.704**	**206.959**
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS			17					**11.221**	**273.902**	**1.039.553**	**1.324.676**	**1.802.103**	**2.346.957**
	FIDC I	R$		1,90% a.a. + CDI	dez-2009	Mensal	Mensal	–	–	–	–	–	160.803
	FIDC II	R$		1,65% a.a. + CDI	out-2010	Mensal	Mensal	–	–	–	–	185.352	368.060
	FIDC III	R$		1,50% a.a. + CDI	ago-2010	Mensal	Mensal	–	–	–	–	179.851	379.060
	FIDC IV	R$		1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	11.221	273.902	1.039.553	1.324.676	1.436.900	1.439.034
							TOTAL GERAL	**80.574**	**814.733**	**3.372.664**	**4.267.971**	**4.984.114**	**6.430.413**

19.1. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos, Valores a Pagar e FIDC

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Valores a Pagar	FIDC	Total
Saldo em 01/01/2009.....	**1.168.748**	**2.707.749**	**206.959**	**2.346.957**	**6.430.413**
Juros e Comissões.....	102.366	116.841	19.112	40.253	278.572
Variação Monetária	30.416	–	(3.749)	205.355	232.022
Variação Cambial	–	(665.346)	–	–	(665.346)
Amortização de Principal ..	(85.375)	(196.318)	(9.032)	(790.462)	(1.081.187)
Amortização de Juros	(96.267)	(81.507)	(32.586)	–	(210.360)
Saldo em 31/12/2009.....	**1.119.888**	**1.881.419**	**180.704**	**1.802.103**	**4.984.114**
Juros e Comissões.....	99.139	171.460	17.414	29.268	317.281
Variação Monetária	192.207	–	18.397	–	210.604
Variação Cambial	–	(77.593)	–	–	(77.593)
Amortização de Principal ..	(185.487)	(232.533)	(8.657)	(506.695)	(933.372)
Amortização de Juros	(95.786)	(102.670)	(34.607)	–	(233.063)
Saldo em 31/12/2010.....	**1.129.961**	**1.640.083**	**173.251**	**1.324.676**	**4.267.971**

20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
COFINS s/receitas	19.103	16.797	16.781
PIS s/receitas	4.147	3.647	3.643
ICMS s/fornecimento de energia - SP	–	–	26.518
ICMS s/fornecimento de energia (substituição tributária)	390	2.348	–
Parcelamento de ICMS	–	–	2.355
Imposto de renda s/lucro	14.561	17.912	15.897
Contribuição social s/lucro.....	6.200	9.020	6.271
Imposto de renda s/remessa ao exterior	8.919	8.742	9.897
Encargos sociais s/folha de pagamento - empresa.....	3.234	3.889	3.695
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços	1.179	1.192	922
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos	35.094	35.094	37.805
	92.827	98.641	123.784
Não Circulante			
Obrigações fiscais - COFINS (*)	–	–	378.259
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos	115.083	150.085	114.354
	115.083	150.085	492.613
	207.910	**248.726**	**616.397**

(*) A CESP questionou judicialmente a constitucionalidade da inclusão de receitas financeiras e não-operacionais na base de cálculo da COFINS. Obteve decisão favorável ao seu pedido, confirmada pelo TRF de São Paulo que autorizou o recolhimento sem a inclusão das referidas receitas e com a redução da alíquota. Referente ao período de julho de 1999 a janeiro de 2004 (alargamento da base de cálculo) aguardava-se o trânsito em julgado dessa decisão no processo.

Em decorrência da edição da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e do contido no Comunicado Técnico IBRACON nº 05/2009, de 13 de julho de 2009, a Companhia em junho de 2009 procedeu à reversão a resultado desse provisionamento pelo valor atualizado de R$ 387.171 (nota 28.2).

Em face às vantagens oferecidas na nova modalidade de parcelamento, a Companhia aderiu, em 26 de novembro de 2009, ao Programa de parcelamento de Tributos e Contribuições Federais, previsto pela Lei nº 11.941/09, objetivando migrar as dívidas já parceladas no REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/00, no montante de R$ 124.976. Assim como a inclusão de duas notificações fiscais de lançamento de débitos - NFLD's (débitos ainda não parcelados) no valor de R$ 60.203 mil (com redução de juros e multas), referentes a INSS sobre prêmio de aposentadorias que vinham sendo discutidas na esfera administrativa.

No quadro a seguir é apresentada a composição das dívidas anteriormente parceladas no REFIS:

	Valores originais – Principal	Juros e Multas	Créditos Fiscais	Total	Movimentação – Atualização TJLP	Amortização	Saldo na posição 31/12/2010
Contribuição Social	32.811	95.979	(70.069)	58.721	33.520	(61.860)	30.381
Finsocial	1.629	6.440	(4.701)	3.368	1.922	(3.547)	1.743
IRPJ Contingência 1998.....	5.389	4.099	(2.992)	6.496	3.708	(6.843)	3.361
Contribuição Social Contingência 1998	2.464	1.874	(1.368)	2.970	1.695	(3.128)	1.537
PIS Contingência.....	17.858	7.417	(5.415)	19.860	11.337	(20.922)	10.275
Notificação do INSS	87.435	100.332	(73.246)	114.521	65.371	(120.641)	59.251
Imposto de Renda s/Indenizações	27.203	31.175	(22.759)	35.619	20.332	(37.523)	18.428
	174.789	**247.316**	**(180.550)**	**241.555**	**137.885**	**(254.464)**	**124.976**

Em 05 de janeiro de 2010, a Administração optou por aprovar que a área jurídica protocolizasse o competente pedido de desistência da discussão dessas notificações, condição prévia para a inclusão e consolidação dos débitos no programa de parcelamento.

De acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3 de 29/04/2010, a Companhia, em 28/06/2010, declarou a inclusão da totalidade dos débitos para fins de consolidação nas regras do Programa de Parcelamento.

Em 04 de fevereiro de 2011, foi publicada a portaria conjunta nº 2, de 03/02/2011, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em que foram estabelecidos os procedimentos e prazos para consolidação dos débitos incluídos no Programa.

A Companhia efetuou o recálculo de suas dívidas já parceladas no REFIS, aplicando as reduções permitidas de juros e multas. Quando ocorrer a consolidação, resultará na redução desses encargos, em aproximadamente R$ 33 milhões (considerando as reduções de multa e juros, bem como a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social), os quais serão creditados ao resultado do exercício. Os débitos remanescentes serão pagos em (i) 36 (trinta e seis) parcelas mensais de R$ 2.500, atualizáveis pela SELIC, para as dívidas do REFIS, e (ii) 60 (sessenta) parcelas mensais de R$ 399, atualizáveis pela SELIC para as notificações de débito.

A partir de novembro de 2009, a Companhia passou a recolher o valor inicial estabelecido de R$ 2.500. Até 31/12/2010 foram recolhidos R$ 35.002, com saldo remanescente de R$ 152.677.

A Companhia se enquadrará no prazo de 07 a 30 de junho de 2011, para efetuar essa consolidação.

21. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	31/12/2010 – Circulante	Não Circulante	Total	31/12/2009 Total	01/01/2009 Total
- Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS:.....	15.058	89.094	104.152	208.067	424.757
- Contrato de Dívida - outros.....	17.227	101.928	119.155	122.019	131.339
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(32.285)	(191.022)	(223.307)	(217.283)	(257.708)
	–	**–**	**–**	**112.803**	**298.388**

21.1. Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

21.2. Demonstração do Passivo a ser Registrado de Acordo com A CPC 33/IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2010, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, a composição de ativos e passivos do plano é como segue:

21.2.1. Premissas Atuariais

	Taxas Reais 2010	Taxas Nominais 2010	Taxas Nominais 2009
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial.....	6,00%	10,24%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	7,00%	11,28%	11,28%
Taxa de crescimento salarial futuro	3,00%	7,12%	7,12%
Taxa de inflação.....		4,00%	4,00%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada		IGP-DI	IGP-DI
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....		0,9784	0,9784
Taxa de rotatividade.....		nula	nula
Tábua de mortalidade geral		AT - 2000	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez		LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83	AT - 83
Tábua de mortalidade de ativos.....		Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos		1.404	1.244
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez.....		4.052	4.070
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez		211	220
Nº de participantes inativos - pensionistas.....		768	726

21.2.2. Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial do plano foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A Companhia, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano

	2010	2009
Valor da obrigação atuarial líquida	(3.312.481)	(3.082.386)
Perdas/(ganhos) a serem reconhecidos em exercícios futuros (*)		
Superávit técnico atuarial reconhecido.....	–	–
Valor justo dos ativos dos planos.....	3.384.338	2.969.583
Total do ativo (passivo) líquido	**71.857**	**(112.803)**

(b) Movimentação do passivo atuarial

	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	(3.082.386)	(3.062.550)
Custo dos serviços correntes	–	–
Custo dos juros.....	(315.636)	(313.605)
Ganho atuarial	(143.566)	69.357
Benefícios pagos	229.107	224.412
Transferência de Contrib. Definida a Benefício Definido (CD a BD)	–	–
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	**(3.312.481)**	**(3.082.386)**

(c) Movimentação do ativo do plano

	2010	2009
Valor justo do ativo do plano.....	2.969.583	2.721.395
Contribuição do empregador	55.238	20.017
Benefícios pagos	(229.107)	(224.412)
Rendimento dos ativos do plano	588.624	452.583
Valor justo do ativo do plano.....	**3.384.338**	**2.969.583**

(d) Movimentação do passivo contábil

	2010	2009
Saldo inicial.....	112.803	298.388
Receita (despesa) do exercício	(19.333)	1.959
Contribuições pagas	(56.015)	(80.214)
Ganho atuarial	(37.455)	(107.330)
Saldo final.....	**–**	**112.803**

(e) Despesa (Receita) estimada para 2011

	2011
Custo dos juros.....	339.198
Retorno dos investimentos	(381.753)
Total despesa (receita)	**(42.555)**

21.3. Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

21.3.1. Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - R$ 104.152

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado". O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

21.3.2. Contrato de Dívida - outros - R$ 119.155

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a.. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2010, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19, é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência os contratos de dívida são considerados garantias para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores em milhares de Reais)

22. TAXAS REGULAMENTARES/ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR:			
- Quota Mensal	6.759	6.571	5.561
- Diferença de Quotas - 2006	–	–	920
- Diferença de Quotas - 2007 (1)	–	700	8.401
- Diferença de Quotas - 2008 (1)	170	2.044	–
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	29.805	29.017	22.843
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.097	1.004	920
Quotas para P&D - FNDCT (2)	1.918	1.730	12.826
Quotas para P&D - EPE (2)	1.008	915	6.463
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (4)	40.450	54.257	33.882
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (5)	19.718	–	–
	100.925	96.238	91.816
Não Circulante			
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (5)	–	17.550	47.960
Reserva Global de Reversão - RGR:			
- Diferença de Quotas - 2008 (1)	–	–	7.411
- Diferença de Quotas - 2010 (3)	5.184	–	–
	5.184	17.550	55.371
	106.109	**113.788**	**147.187**

(1) Valor parcelado em 12 vezes, a partir de fevereiro de 2010, conforme Despacho ANEEL nº 218, de 02 de fevereiro de 2010.
(2) Referem-se às quotas provisionadas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em cumprimento à Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000.
(3) Diferença de recolhimentos de 2010, cuja forma de pagamento deverá ser definida pela ANEEL.
(4) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nºs 670 e 671, de 24 de junho de 2008.
(5) Parcelamento relativo à tarifa de uso sistema de distribuição - TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 - SRT/ANEEL, de 03 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.

23. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia responde por diversos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Composição:

	31/12/2009	31/12/2010				
	Saldo	Provisão	(Reversão)	(–) Pagamentos	(–) Transferência/ Parcelamento	Total de provisões
Trabalhistas						
Ações diversas	131.150	37.402	–	(15.942)	–	152.610
Cíveis						
Ações diversas	35.820	–	(14.102)	(2.871)	–	18.847
Tributárias						
Ações diversas	18.908	10.607	–	(1.861)	–	27.654
Desapropriações e indenizações						
Ações e riscos ambientais	362.105	–	(60.148)	–	–	301.957
Ações cíveis - usinas CESP	427.022	347.254	–	(14.842)	–	759.434
Ações de desapropriações	145.197	–	(20.336)	–	–	124.861
Ações cíveis/desaprop. - empresas cindidas	481.058	–	(47.260)	(38.562)	(192.001)	203.235
TOTAL	**1.601.260**	**395.263**	**(141.846)**	**(74.078)**	**(192.001)**	**1.588.598**

	01/01/2009	31/12/2009			
	Saldo	Provisão	(Reversão)	(–) Pagamentos	Total de provisões
Trabalhistas					
Ações diversas	122.412	19.762	–	(11.024)	131.150
Cíveis					
Ações diversas	25.397	14.228	–	(3.805)	35.820
Tributárias					
Ações diversas	40.006	–	(21.093)	(5)	18.908
Desapropriações e indenizações					
Ações e riscos ambientais	101.411	260.694	–	–	362.105
Ações cíveis - usinas CESP	334.231	95.487	–	(2.696)	427.022
Ações de desapropriações	110.605	34.592	–	–	145.197
Ações cíveis/desaprop. - empresas cindidas	440.403	42.312	–	(1.657)	481.058
TOTAL	**1.174.465**	**467.075**	**(21.093)**	**(19.187)**	**1.601.260**

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	31/12/2010			
	Expectativa de Perda			
Natureza	Provável	Possível	Remota	Total
Ações trabalhistas	152.610	41.003	117.832	311.445
Ações cíveis diversas	18.847	13.084	6.890	38.821
Ações tributárias	27.654	8.524	1.420	37.598
Ações e riscos ambientais	301.957	7.493	2.339.624	2.649.074
Ações cíveis - usinas CESP	759.434	1.558.114	1.490.193	3.807.741
Ações de desapropriações	124.861	54.187	1.813	180.861
Ações cíveis/desapropriações - empresas cindidas	203.235	235	377	203.847
Total	**1.588.598**	**1.682.640**	**3.958.149**	**7.229.387**

A CESP é pólo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza cível, tributária, ambiental, trabalhista, bem como nos decorrentes de desapropriações. Em 31 de dezembro de 2010, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R$ 7.229 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para os riscos administrativos e judiciais com expectativa de perda provável é de R$ 1.589 milhões, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de alguns processos no montante de R$ 319 milhões (R$ 267 milhões em 31 de dezembro de 2009), referente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias e R$ 68 milhões (imobilizado em curso - nota 15), com expectativa de desembolso de R$ 153,6 milhões. As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir.

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações contábeis ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

23.1. Ações Judiciais

23.1.1. Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2010, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R$ 311,4 milhões. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R$ 152,6 milhões e realizou depósitos judiciais em garantia de alguns processos, da ordem de R$ 13,7 milhões.

A CESP é ré em 96 processos relacionados à comissão de risco (adicional de periculosidade), que totalizam R$ 96 milhões. Quatro destas ações, que envolvem sindicatos representantes dos trabalhadores da CESP, representam um montante de R$ 94 milhões em 31 de dezembro de 2010. Os demais processos judiciais envolvem montantes pouco representativos.

Outras ações, sendo três movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira, de São Paulo e de Campinas, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, o valor dessas ações, com expectativa de perda remota, sem provisão é de R$ 83,7 milhões em 31 de dezembro de 2010.

23.1.2. Ações Cíveis Diversas

23.1.2.1. Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nºs. 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 04 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R$ 24,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, com provisão constituída de R$ 11,7 milhões para as ações com expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

23.1.2.2. Ação AES - Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul em face da ANEEL. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor de aproximadamente R$ 877 milhões, sendo a parte da CESP aproximadamente R$ 125 milhões. E a avaliação de risco é de perda possível.

A Resolução ANEEL nº 290/00 ensejou dupla interpretação com relação à opção pelo alívio de exposição (possibilidade ou não) face às cotas de Itaipu; e o despacho ANEEL nº 288/02 esclarece que as cotas de Itaipu teriam tratamento diferenciado, obrigando os agentes à opção pelo alívio (seguro).

23.1.3. Litígios Tributários

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias de pequeno valor; a única que merece destaque refere-se a Ação proposta pelo SIEESP - Sindicato da Indústria de Energia Elétrica, representando a CESP e outras concessionárias de energia elétrica, contra a União e a Eletrobrás, visando a declaração de inconstitucionalidade da cobrança da RGR. Em sentença de primeira instância, o feito foi extinto sem julgamento de mérito (ilegitimidade do SIEESP) e condenação em 10% de honorários sobre o valor da causa.

Quanto ao valor da causa, a União e a Eletrobrás apresentaram impugnações visando a sua majoração, as quais foram acolhidas. O SIEESP interpôs recursos junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, buscando a reforma das decisões, que acabaram por ser mantidas.

Quanto ao recurso de apelação contra sentença que julgou extinto o processo, o TRF, em Outubro de 2010, julgou nula a decisão de 1º grau, determinando o retorno dos autos à 1ª instância.

23.1.4. Ações e Riscos Ambientais

A CESP responde a 73 ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores envolvidos só poderão ser apurados em liquidação de sentença.

Uma dessas ações refere-se a ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais, em curso na Comarca de Dourados, pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R$ 34,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão, por entender que o risco de perda desta ação é remota.

Destacam-se as ações promovidas pelos Municípios de Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Anaurilândia, Selvíria, Batayporã, Panorama e Paulicéia, contra a CESP, objetivando reparação por danos ambientais causados àqueles municípios em razão da formação do reservatório de Porto Primavera, incluindo o pedido para formação de reserva legal e proteção de encosta. A soma dos valores envolvidos nessas ações, com avaliação de perda provável, alcança R$ 139,9 milhões com correspondente provisão integralmente constituída.

23.1.5. Ações Cíveis - Usinas CESP

23.1.5.1. Ação de Indenização

Em dezembro de 2000, a empresa Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. ajuizou ação contra a Companhia, pleiteando indenização por perdas e danos referentes à não utilização dos equipamentos e trabalhadores empregados na construção da Usina Porto Primavera em razão da suspensão das obras, em três períodos de tempo distintos. O valor da ação, em 31 de dezembro de 2010 era de aproximadamente R$ 1.064 milhões. A Administração considera que há risco de desembolso e registrou provisão de R$ 307 milhões referentes a um período, sendo os demais classificados como risco possível.

23.1.5.2. Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2010, era de R$ 488 milhões, para 360 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Empresa, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes, a Companhia mantêm provisão no montante de R$ 144 milhões cujo risco de perda é avaliado como provável.

23.1.5.3. Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 207 ações envolvendo o valor de R$ 540 milhões para 31 de dezembro de 2010. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista. Este prazo foi o referencial para a CESP promover o estoque de argila necessário. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 150,9 milhões para as ações cujo o risco foi avaliado como provável.

Ainda com relação à atividade oleiro-cerâmica, a CESP responde uma ação de indenização, perante a Comarca de Panorama, proposta por Hélio Cardoso Costa e outros 2.157 empregados de olarias pleiteando perdas e danos materiais e morais decorrentes da paralisação da atividade. O valor envolvido nessa ação é de aproximadamente R$ 1.087 milhões. Não foi constituída provisão em razão da avaliação de risco de perda dessa ação ser considerada remota.

23.1.6. Ações de Desapropriações

Estão constituídas provisões no montante de R$ 124,8 milhões para as ações de desapropriações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da CESP.

23.1.7. Ações Cíveis/Desapropriações - Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2010, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações era de aproximadamente R$ 203,8 milhões. A CESP mantém registrada provisão de R$ 203,2 milhões para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão - parcial, com expectativa de perda provável.

24. OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

24.1. Obrigações Socioambientais

	Saldo 31/12/2009	Provisão (nota 28)	Atualização (nota 29)	(–) Pagamentos	(+/–) Transferência/ Parcelamento	Saldo 31/12/2010
Circulante						
Termo de Ajustamento de Conduta (a)	14.212	–	1.957	(17.035)	25.038	24.172
Não Circulante						
Termo de Ajustamento de Conduta (a)	83.244	–	5.872	–	(25.038)	64.078
Reflorestamento (b)	105.012	–	–	(419)	–	104.593
Compromissos ambientais						
- Licenciamento	8.875	52.783	–	(1.837)	–	59.821
	197.131	52.783	5.872	(2.256)	(25.038)	228.492
	211.343	**52.783**	**7.829**	**(19.291)**	**–**	**252.664**

(a) Refere-se a passivo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, a ser pago em até 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.
(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

24.2. Outras Obrigações

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	19.688	21.013	24.838
Fundação CESP (b)	14.338	15.552	15.978
P & D - Projetos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Ciclos (c)	72.926	58.722	48.208
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	85.469	3.038	1.812
Outros	2.977	3.046	13.515
	195.398	101.371	104.351
Não Circulante			
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	26.479	47.144	68.158
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	45.617	–	–
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)	15.481	15.481	15.481
Provisão ao valor justo - swap	–	–	19.751
	87.577	62.625	103.390
	282.975	**163.996**	**207.741**

(a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
(b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
(c) Saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D do 1º ao 6º ciclo, atualizados pela SELIC.
(d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de Processos de desapropriações de Usinas das empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28/05/2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m., valores provisionados como contingência em 31 de março de 2010.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

			31/12/2010			
			Ativo	Passivo		Resultado
Empresas	**Nota**	**Natureza da operação**	**Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Receita/ (despesa)**
SABESP (a)		Venda de energia	8.450	–	–	92.810
METRÔ (a)		Venda de energia	4.766	–	–	54.884
CPTM (a)		Venda de energia	3.122	–	–	31.310
DAEE	13	Cessão de créditos	11.043	–	–	1.765
EMAE (b)		Aluguel	–	56	–	(672)
Eletrobrás	16	Empréstimos	–	5.231	40.979	(273)
Eletrobrás	18	Valores a pagar	–	37.283	135.968	(35.812)
Fundação CESP	21	Previdência privada	–	–	–	56.788

			31/12/2009			
			Ativo	Passivo		Resultado
Empresas	**Nota**	**Natureza da operação**	**Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Receita/ (despesa)**
SABESP (a)		Venda de energia	7.412	–	–	92.577
METRÔ (a)		Venda de energia	4.379	–	–	53.721
CPTM (a)		Venda de energia	2.341	–	–	26.319
DAEE	13	Cessão de créditos	16.060	–	–	2.272
EMAE (b)		Aluguel	–	56	–	(663)
Eletrobrás	16	Empréstimos	–	5.233	46.194	(3.835)
Eletrobrás	18	Valores a pagar	–	51.658	129.046	(15.363)
Fundação CESP	21	Previdência privada	–	41.227	71.576	105.370

a) Termos de aditamentos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico.
b) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R$ 56. Por decisão dos Conselhos de Administração da CESP e da EMAE, desde dezembro de 2002, as áreas gerenciais das duas empresas passaram a atuar de forma coordenada e as áreas operacionais passaram a atuar de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os Acordos prevêem adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para a outra.

A remuneração da Administração da Companhia em 2010 foi de R$ 2.250 (R$ 2.803 em 2009), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R$ 2.059 (R$ 2.442 em 2009) e encargos sociais no valor de R$ 191 (R$ 361 em 2009). A Companhia não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações, tampouco benefícios de longo prazo além dos contemplados no plano de benefícios de aposentadoria e pensão descritos na nota 21.

A Companhia registra provisão para participação nos resultados, a qual totalizou R$ 8.749 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R$ 4.750 em 2009), sendo 100% destinado aos empregados.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

26.1. Capital Social

O capital social integralizado de R$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 8.119.548 ações preferenciais classe A e 210.215.567 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na AGE de 03 de dezembro de 2008, até o limite máximo de R$ 17.926.300.

	Nº de Ações	Valor da Ação	Valor de Mercado
Ações Ordinárias	109.167.558	21,90	2.390.769.520
Ações Preferenciais Classe A	8.119.548	24,10	195.681.107
Ações Preferenciais Classe B	210.215.567	27,00	5.675.820.309
Média Ponderada	**327.502.673**	**25,23**	**8.262.270.936**

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo	102.706.383	94,08	–	–	15.135.166	7,20	117.841.549	35,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ	1.323.626	1,21	–	–	–	–	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	6.690	0,01	–	–	–	–	6.690	–
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	–	–	–	–	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros	2.094	–	5	–	2	–	2.101	–
	104.038.793	95,30	5	–	28.928.271	13,76	132.967.069	40,60
Outros								
Banco Santander (Brasil) S.A.	973.478	0,89	–	–	13.475.245	6,41	14.448.723	4,41
Blackrock Inc.	–	–	–	–	10.769.214	5,12	10.769.214	3,29
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	82,08	–	–	6.702.159	2,05
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	–	–	–	–	18.696.878	8,89	18.696.878	5,71
Capital Group Internacional Inc.	–	–	–	–	10.619.469	5,05	10.619.469	3,24
HSBC Bank PLC London	–	–	–	–	17.386.900	8,27	17.386.900	5,31
The Bank of New York - ADR Department	166.809	0,15	276.360	3,40	–	–	443.169	0,14
Pessoas Físicas	2.720.596	2,49	1.120.715	13,80	4.922.518	2,34	8.763.829	2,68
Outras Pessoas Jurídicas	1.223.531	1,12	27.852	0,34	105.417.072	50,15	106.668.455	32,57
Outros	6.718	0,01	30.090	0,37	–	–	36.808	0,01
	5.128.765	4,70	8.119.543	100,00	181.287.296	86,24	194.535.604	59,40
	109.167.558	**100,00**	**8.119.548**	**100,00**	**210.215.567**	**100,00**	**327.502.673**	**100,00**
Capital social integralizado por ações em R$ Mil	**1.991.811**		**148.145**		**3.835.477**		**5.975.433**	

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores em milhares de Reais)

26.2. Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:
- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:
- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

26.3. Reservas de Capital

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	**1.929.098**	**1.929.098**	**1.929.098**

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

26.4. Ajustes de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (nota 11.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros Acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	**2.345.163**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(198.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**2.146.784**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(199.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**1.947.673**

26.5. Reservas de Lucros

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reserva legal	42.788	38.136	–
Reserva de lucros a realizar (a)	579.959	579.959	–
	622.747	**618.095**	**–**

(a) A Assembléia Geral Ordinária, de 30 de abril de 2010, aprovou a constituição da reserva de lucros a realizar. Com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a reserva de lucros a realizar, no valor de R$ 579.959 referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem entre 2011 a 2019 (nota 16).

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	162.733	46.126	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	579.959

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma acima, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

26.6. Proposta de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas, é assegurada a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente à 10% do capital social.

	2010
Lucro líquido do exercício	**93.042**
Destinações:	
Reserva legal	(4.652)
Absorção de prejuízos acumulados	(48.061)
Realização da Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	199.111
Dividendos mínimos obrigatórios	**239.440**
Juros s/capital próprio já distribuídos (*)	(75.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	(164.440)
Saldo de lucros acumulados	**–**

(*) R$ 68.321, líquidos de imposto de renda retido na fonte, equivalentes a R$ 0,2086 por ação.

Descrição	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe "A"	Ações Preferenciais Classe "B"	Total
Destinação de dividendos	76.779	14.814	147.847	239.440
Juros s/capital Próprio já distribuídos	(20.572)	(14.814)	(39.614)	(75.000)
Saldo a distribuir	**56.207**	**–**	**108.233**	**164.440**
Dividendos por ação (R$)	0,70	1,82	0,70	

A soma dos valores distribuídos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio representa 100% do lucro líquido do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da Lei 6.404/1976 e artigo 32 do estatuto social da Companhia.

Lucro por ação:

	2010
Lucro líquido do exercício (a)	93.042
Quantidade de ações (b)	327.502.673
Lucro por ação (a/b)	**0,28**

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

27. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

27.1. Contratos de Compra e Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 31 de dezembro de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa n° 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano puderam optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCEs, além dos contratos de conexão e de uso.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia 2009	Tarifas de Energia 2010	(%) de Reajuste
Jaguari	Fevereiro	86,67	90,65	4,59
CSPE	Fevereiro	86,88	90,87	4,59
LESTE PAULISTA (ex-CPEE)	Fevereiro	86,09	90,04	4,59
Mococa	Fevereiro	111,29	116,40	4,59

Obs.: Tarifa homologada com vigência a partir de 3 de fevereiro de cada ano.

27.2. Energia Vendida

Energia Vendida Acumulado Período de 12 Meses

Resumo por Classe Consumo	MWh (*) 2010	MWh (*) 2009	R$ Mil 2010	R$ Mil 2009	R$/MWh (Médio) 2010	R$/MWh (Médio) 2009
Fornecimento						
Industrial	6.853.572	6.857.558	641.757	676.888	93,64	98,71
Comercial	–	40.834	–	4.866	–	119,17
Serviço Público	1.813.794	1.760.866	179.003	172.644	98,69	98,04
	8.667.366	8.659.258	820.760	854.398	94,70	98,67
Suprimento						
Leilões de Energia	21.125.272	19.807.198	1.936.910	1.675.129	91,69	84,57
Agentes Comercializadores	3.256.362	3.463.607	335.813	331.119	103,13	95,60
Contrato com Pequenas Distribuidoras	796.016	830.649	76.467	71.750	96,03	86,38
	25.177.650	24.101.454	2.349.190	2.077.998	93,30	86,22
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE						
Energia de curto prazo - SPOT	3.461.021	3.410.339	113.378	126.245	32,76	37,02
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	3.418.789	2.622.680	31.511	21.946	9,22	8,37
	6.879.810	6.033.019	144.889	148.191	21,06	24,56
Total	**40.724.826**	**38.793.731**	**3.314.839**	**3.080.587**	**81,40**	**79,41**

Essa mesma receita, em termos da natureza do ambiente de comercialização pode ser assim resumida:

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*) 2010	MWh (*) 2009	R$ Mil 2010	R$ Mil 2009	R$/MWh (Médio) 2010	R$/MWh (Médio) 2009
Mercado Livre						
Consumidores Livres	8.667.366	8.659.258	820.760	854.398	94,70	98,67
Agentes Comercializadores	3.256.362	3.463.607	335.813	331.119	103,13	95,60
	11.923.728	12.122.865	1.156.573	1.185.517	97,00	97,79
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras	21.921.288	20.637.847	2.013.377	1.746.879	91,85	84,64
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE	6.879.810	6.033.019	144.889	148.191	21,06	24,56
	28.801.098	26.670.866	2.158.266	1.895.070	74,94	71,05
Total	**40.724.826**	**38.793.731**	**3.314.839**	**3.080.587**	**81,40**	**79,41**

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

27.3. Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Nota	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas c/Energia			
Fornecimento de energia		820.760	854.398
Suprimento de energia - Contratos		412.280	402.869
Suprimento de energia - Leilões		1.936.910	1.675.129
Energia de curto prazo		144.889	148.191
	27.3	3.314.839	3.080.587
Outras receitas		3.949	3.475
		3.318.788	3.084.062
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para a reserva global de reversão - RGR		(86.294)	(68.766)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(28.950)	(26.378)
ICMS s/fornecimento de energia		–	(59.744)
Imposto s/serviços - ISS		(124)	(97)
COFINS s/receitas operacionais		(244.963)	(226.991)
PIS s/receitas operacionais		(53.130)	(49.279)
		(413.461)	(431.255)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.905.327**	**2.652.807**

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e despesas são compostos pelas seguintes naturezas de gasto em 2009 e 2010:

Natureza dos custos e despesas	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (nota 28.2)	Total (2010)
Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hídricos	(178.799)	–	–	–	–	(178.799)
Encargos do sistema de transmissão (nota 28.1)	(322.076)	–	–	–	–	(322.076)
Energia comprada (nota 28.1)	(109.779)	–	–	–	–	(109.779)
Créditos de PIS/COFINS s/encargos do sistema de transmissão	38.172	–	–	–	–	38.172
Pessoal	–	(50.935)	(162.349)	–	–	(213.284)
Administradores	–	–	(2.250)	–	–	(2.250)
Entidade de Previdência Privada	–	–	48.381	–	–	48.381
Material	–	(8.194)	(5.473)	–	–	(13.667)
Serviços de terceiros	–	(24.945)	(74.037)	–	–	(98.982)
Depreciação	–	(775.950)	(5.410)	–	(3.748)	(785.108)
Taxa de fiscalização - ANEEL/ outros encargos	–	–	(16.050)	–	–	(16.050)
Aluguéis	–	–	(5.659)	–	–	(5.659)
Provisões e reversões	–	–	–	(33.907)	(4.859)	(38.766)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	(6.786)	–	(6.786)
Ações e indenizações	–	–	–	–	(361.184)	(361.184)
Custos retardatários	–	–	–	–	(77.520)	(77.520)
Outras despesas	–	(10.882)	(3.418)	(3.023)	(64.943)	(82.266)
Total	**(572.482)**	**(822.525)**	**(274.646)**	**(43.716)**	**(512.254)**	**(2.225.623)**

Natureza dos custos e despesas	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (nota 28.2)	Total (2009)
Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hídricos	(167.582)	–	–	–	–	(167.582)
Encargos do sistema de transmissão (nota 28.1)	(336.991)	–	–	–	–	(336.991)
Energia comprada (nota 28.1)	(17.252)	–	–	–	–	(17.252)
Créditos de PIS/COFINS s/encargos do sistema de transmissão	31.487	–	–	–	–	31.487
Pessoal	–	(53.973)	(140.192)	–	–	(194.165)
Administradores	–	–	(2.803)	–	–	(2.803)
Entidade de Previdência Privada	–	98.209	–	–	–	98.209
Material	–	(6.032)	(4.329)	–	–	(10.361)
Serviços de terceiros	–	(28.293)	(38.702)	–	–	(66.995)
Depreciação	–	(775.410)	(5.819)	–	(3.798)	(785.027)
Taxa de fiscalização - ANEEL/outros encargos	–	–	(14.910)	–	–	(14.910)
Aluguéis	–	–	(5.155)	–	–	(5.155)
Provisões e reversões	–	–	–	(6.815)	292.851	286.036
Provisão para perda na realização de créditos - RTE/outros	–	–	–	(28.571)	–	(28.571)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	(8.440)	–	(8.440)
Ações e indenizações	–	–	–	–	(520.098)	(520.098)
Custos retardatários	–	–	–	–	(36.978)	(36.978)
Outras despesas	–	(7.127)	(2.684)	(1.914)	(257.528)	(269.253)
Total	**(490.338)**	**(772.626)**	**(214.594)**	**(45.740)**	**(525.551)**	**(2.048.849)**

28.1. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	2010	2009
Energia comprada (1)		
CCEE	6.057	–
Outras	103.722	17.252
	109.779	17.252
Uso da Rede Elétrica (2)		
Conexão - CTEEP	132	138
Rede Básica	321.944	336.853
	322.076	336.991
Total	**431.855**	**354.243**

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país, além de outras aquisições para atendimento de contratos.

(2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nºs 670 e 671, de 24 de junho de 2008, e Resoluções Homologatórias ANEEL nºs 844, de 25 de julho de 2009 e 845 de 30 de julho de 2009.

28.2. Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	2010	2009
Outras (despesas) receitas líquidas		
Depreciação de bens não vinculados à concessão	(3.748)	(3.798)
Reversão de provisão - COFINS - (Nota 20) não recorrente	–	387.171
Provisão de redução ao valor recuperável de ativos	(4.859)	(94.320)
	(4.859)	292.851
Reversão (provisão) ações cíveis/desapropriações - empresas cindidas (a)	47.260	(42.312)
Indenizações - ações usinas CESP	(12.724)	–
Indenizações - ações empresas cindidas (a)	(7.203)	(7.718)
Ações e riscos ambientais (Nota 23.1.4)	(41.263)	(374.581)
Ações cíveis (Nota 23.1.2)	(347.254)	(95.487)
	(361.184)	(520.098)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b)	(77.520)	(36.978)
Despesas com convênios	(17.703)	(18.196)
Ganhos (perdas) na alienação de bens e direitos/baixas imobilizado	10.289	(90.178)
Compromissos socioambientais (Nota 24.1)	(52.783)	–
Crédito de PIS - repetição de indébito (alargamento da base de cálculo) Nota 9	–	33.731
Parcelamento Lei nº 11.941/09 - INSS (Nota 20) não recorrente	–	(60.203)
Termo de Ajustamento de Conduta - TAC (Nota 24.1)	–	(119.000)
Outras (despesas) receitas líquidas	(4.746)	(3.682)
	(64.943)	(257.528)
	(512.254)	**(525.551)**

(a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações e cíveis anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 24 (e)).

(b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (nota 13.1).

29. RESULTADO FINANCEIRO

	2010	2009
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras	20.671	28.109
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10)	8.365	19.998
Atualização de créditos/recebíveis - EMURB e DAEE (Nota 13)	1.353	6.211
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 7)	1.060	33.832
Outras	6.018	6.160
	37.467	94.310
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira	(171.462)	(215.547)
Moeda nacional	(128.407)	(141.207)
	(299.869)	(356.754)
Outras		
Encargos e atualização s/tributos e contribuições sociais/outros	(3.481)	(12.883)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 18)	(17.414)	(15.363)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia	(35.244)	(37.691)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento	(1.111)	(2.778)
Imposto s/operações financeiras	(2.917)	(1.003)
Atualização TAC (nota 24.1)	(7.829)	–
Atualização TUSDg	(8.240)	–
Reversão de provisão ao valor justo - swap	–	19.751
Despesas c/operações financeiras - FIDC	(1.623)	(2.377)
Atualização P&D - projetos	(3.681)	(2.911)
Desconto contrato de clientes	(21.489)	(16.072)
Outros encargos	(7.532)	(9.391)
	(110.561)	(80.718)
Subtotal	(410.430)	(437.472)
Resultado financeiro	(372.963)	(343.162)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional	(210.604)	(234.839)
Moeda estrangeira	77.593	665.346
	(133.011)	430.507
Resultado Financeiro - líquido	**(505.974)**	**87.345**

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

As parcelas dos tributos e contribuições sociais (IRPJ e CSLL) foram calculadas sobre o lucro tributável acumulado até 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores em milhares de Reais)

	2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL)	**173.730**	**173.730**	**691.303**	**691.303**
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(43.433)	(15.636)	(172.826)	(62.217)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Contribuições e doações	(811)	(292)	(846)	(305)
Dividendos recebidos	23	8	14	5
Juros s/o capital próprio	18.750	6.750	27.500	9.900
Outros	16.922	(164)	15.167	(173)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores para os quais não foi registrada ativo diferido				
Diferenças temporárias	(144.416)	(51.998)	(17.445)	(38.480)
Despesa contabilizada	**(152.965)**	**(61.332)**	**(148.436)**	**(91.270)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente	(105.928)	(42.932)	(102.881)	(63.889)
Diferido (Nota 11)	(47.037)	(18.400)	(45.555)	(27.381)
Receita e (despesa) de Impostos e Contribuições sociais diferidos:				
Constituição de créditos fiscais (ativo) - Instrução CVM nº 371/2000 (Nota 11)	–	–	70.581	38.274
Reversão/(apropriação) de Impostos diferidos (passivo)	98.241	35.368	(60.232)	(21.684)
Total no resultado	**(54.724)**	**(25.964)**	**(138.087)**	**(74.680)**
Alíquota efetiva	31,5%	14,9%	20,0%	10,8%

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 2. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	2010	2009
Caixa pago durante o período referente a:		
Dividendos propostos (a pagar)	164.400	34.618

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31/12/2010, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e Financiamentos	572.901	169.788	1.610.628	416.727	2.770.044
FIDC	285.123	253.261	629.816	156.476	1.324.676
Valores a Pagar	37.283	34.952	101.016	–	173.251
	895.307	**458.001**	**2.341.460**	**573.203**	**4.267.971**
Em 31 de dezembro de 2009					
Empréstimos e Financiamentos	263.254	522.149	840.859	1.375.045	3.001.307
FIDC	643.522	246.847	599.503	312.231	1.802.103
Valores a Pagar	51.658	30.009	60.825	38.212	180.704
	958.434	**799.005**	**1.501.187**	**1.725.488**	**4.984.114**
Em 01 de janeiro de 2009					
Empréstimos e Financiamentos	321.411	270.608	1.624.998	1.659.480	3.876.497
FIDC	742.552	557.830	609.516	437.059	2.346.957
Valores a Pagar	45.933	38.792	76.358	45.876	206.959
	1.109.896	**867.230**	**2.310.872**	**2.142.415**	**6.430.413**

32.1. Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	31/12/2010	31/12/2009
Emprestimos + Financ.+FIDC + Valores a pagar	4.267.971	4.984.114
Caixa e equivalente de Caixa	170.760	229.457
Dívida Líquida	**4.097.211**	**4.754.657**
Patrimônio Líquido	10.639.391	10.621.349
Índice de Endividamento Líquido	**38,5%**	**44,8%**

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2010	31/12/2009	01/12/2009
Ativos Financeiros			
Empréstimos e recebíveis			
Consumidores e revendedores (Nota 7)	331.256	306.010	305.964
Energia livre/CCEE (Nota 7)	43.554	17.302	20.763
	374.810	323.312	326.727
Valor justo por meio do resultado			
Depósitos vinculados (Nota 10.b)	171.266	–	–
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10.a)	74.860	192.516	216.993
	246.126	192.516	216.993
	620.936	**515.828**	**543.720**
Passivos Financeiros			
Avaliados ao Custo amortizado			
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	2.770.044	3.001.307	3.876.497
FIDC (Nota 17)	1.324.676	1.802.103	2.346.957
Valores a pagar (Nota 18)	173.251	180.704	206.959
	4.267.971	**4.984.114**	**6.430.413**

32.2. Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo risco de taxa de câmbio (essencialmente o dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2010, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R$ 1.640.083 (R$1.881.419 em 31 de dezembro de 2009 e R$ 2.707.749 em 01 de janeiro de 2009) referentes a captações em moeda estrangeira, primordialmente em dólar norte-americano. Em 31/12/2010 a Companhia possuía R$ 171.266 em dólar norte-americano para fazer frente ao compromisso a vencer em 28/02/2011.

Passivos	Saldo Contábil 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Empréstimos e Financiamentos			
Dólar Americano - US$	1.640.083	1.879.921	2.703.893
Franco Suiço - CHF	–	1.498	3.856
(–) Cauções e depósitos vinculados	(171.266)	–	–
Exposição líquida	**1.468.817**	**1.881.419**	**2.707.749**

Análise de Sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A Sociedade considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar norte-americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em 25%	50%
Dólar Americano: US$/R$	1,72	2,15	2,58

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo, com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo das atuais demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

		Em milhares de Reais		
Passivos Financeiros	**Risco**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
Vinculados às moedas:				
Empréstimos e Financiamentos em US$	Apreciação do US$	13.180	118.523	223.866

A Companhia, em decorrência da variação cambial projetada, teria um acréscimo na saída de caixa de R$ 13.180 no cenário provável, e nos cenários possível e remoto de R$ 118.523 e R$ 223.866, respectivamente.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2010, a Companhia adotando os cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2011, seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor			Projeção para 31/12/2011		
Passivos	**Risco**	**Saldo em 31/12/2010**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
Empréstimos e Financiamentos					
Dólar Americano - US$	Apreciação do US$	1.640.083	1.697.318	2.121.648	2.545.977

32.3. Risco de Taxa de Juros/Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía R$ 3.367.962, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados às taxas de inflação, e R$ 900.009 captados a taxas fixas:

Passivos	Saldo Contábil 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vinculados às taxas:			
Moeda Nacional	**2.627.888**	**3.102.695**	**3.726.520**
CDI	1.324.676	1.802.103	2.387.052
IGP-M	201.253	212.364	245.278
IPC-A	938.640	889.401	858.569
TJLP	117.109	147.400	175.142
TAXA FIXA	46.210	51.427	60.479
Moeda Estrangeira	**1.640.083**	**1.881.419**	**2.703.893**
UMBNDES	706.115	792.203	1.061.834
LIBOR	80.169	150.641	317.678
TAXA FIXA	853.799	938.575	1.324.381
Total	**4.267.971**	**4.984.114**	**6.430.413**

Análise de Sensibilidade do Risco de Taxa de Juros e Inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos, que além de taxa fixa e "spread" tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7 utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (BACEN) de 01/10/2010. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

CDI	Previsão	Apreciação da Taxa em 25%	50%
CDI	12,06	15,08	18,09
IGP-M	5,54	6,93	8,31
IPC-A	5,32	6,65	7,98
TJLP	6,00	7,50	9,00
UMBNDES	3,91	4,89	5,87
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (janeiro a dezembro de 2011), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

		Em milhares de Reais		
Passivos Financeiros	**Risco**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI	984	4.744	8.457
	Variação do IGP-M	623	874	1.122
	Variação do IPC-A	931	1.376	1.825
	Variação da TJLP	–	317	633
Moeda Estrangeira				
	Variação da UMBNDES	–	932	1.967
	Variação da LIBOR	–	175	350
Total		**2.538**	**8.418**	**14.354**

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um aumento na saída de caixa de R$ 2.538 no cenário provável, um acréscimo de R$ 8.418 no cenário possível e R$ 14.354 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2010, a Companhia adotando os cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2011, seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto sobre Saldo Devedor			Projeção para 31/12/2011		
Passivos Financeiros	**Risco**	**Saldo em 31/12/2010**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
CDI	Variação do CDI	1.324.676	1.204.701	1.241.023	1.277.344
IGP-M	Variação do IGP-M	201.253	146.310	148.337	150.363
IPC-A	Variação do IPC-A	938.640	991.503	1.004.690	1.017.877
TJLP	Variação da TJLP	117.109	84.090	85.351	86.612
TAXA FIXA	Sem Risco	46.210	41.003	41.003	41.003
Moeda Estrangeira					
UMBNDES	Variação da UMBNDES	706.115	681.516	688.178	694.840
LIBOR	Variação da LIBOR	80.169	30.007	30.044	30.082
TAXA FIXA	Sem Risco	853.799	518.140	518.140	518.140
Total		**4.267.971**	**3.697.270**	**3.756.766**	**3.816.261**

32.4. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

32.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R$ 4,3 bilhões em 31 de dezembro de 2010, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Análise da existência de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de dezembro de 2010.

32.6. Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2010 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo - CCEE: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
Passivos	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**
Moeda Estrangeira						
Medium Term Notes	(689.685)	(734.823)	(716.779)	(801.222)	(961.941)	(1.021.201)
Moeda Nacional						
Medium Term Notes	(938.640)	(995.158)	(889.401)	(912.485)	(858.569)	(730.233)
FIDC's	(858.569)	(1.324.335)	(1.802.103)	(1.808.787)	(2.346.957)	(2.141.602)
Total	**(2.486.894)**	**(3.054.316)**	**(3.408.283)**	**(3.522.494)**	**(4.167.467)**	**(3.893.036)**

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

33. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencto.	Valor Segurado
RCG - Responsabilidade Civil Geral	Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	Indenização p/danos pessoais e/ou materiais a terceiros	03/2011	15.000
D&O - Seguro de Administradores	ACE Seguradora S.A.	Responsabilidade civil - D&O	03/2011	2.000
Vida	Tókio Marine	Indenização p/morte ou invalidez permanente de empregados	10/2011	2.600
Aeronáutico	Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	Casco/Responsabilidade Civil	12/2011	20.000
Riscos Patrimomiais	Itaú XL Seguros	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	08/2011	244.500

34. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

De acordo com a deliberação da CVM nº 656, de 25/01/2011, as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações contábeis do exercício social iniciado a partir de 01/01/2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, deverão incluir nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Os efeitos trimestrais de 2010 e 2009 são como seguem:

a) Efeito no Lucro Líquido de 2010 e 2009:

	2010			2009		
	31/03	**30/06**	**30/09**	**31/03**	**30/06**	**30/09**
Lucro líquido anteriormente publicado	**57.009**	**132.978**	**164.249**	**138.997**	**714.445**	**255.122**
Depreciação	(75.421)	(75.421)	(75.421)	(75.143)	(75.144)	(75.144)
Despesa com IR/CS diferidos	25.643	25.643	25.643	25.549	25.549	25.549
Lucro líquido após adoção das novas práticas	**7.231**	**83.200**	**114.471**	**89.403**	**664.850**	**205.527**

b) Efeito no Patrimônio Líquido de 2010 e 2009:

	2010			2009		
	31/03	**30/06**	**30/09**	**31/03**	**30/06**	**30/09**
Saldo anteriormente publicado	**10.621.349**	**10.603.580**	**10.686.780**	**10.287.431**	**10.346.834**	**10.966.684**
Lucro líquido do período	7.231	83.200	114.471	89.403	664.850	205.527
Juros sobre o capital próprio	(25.000)	–	–	(30.000)	(45.000)	(35.000)
Patrimônio líquido após adoção das novas práticas	**10.603.580**	**10.686.780**	**10.801.251**	**10.346.834**	**10.966.684**	**11.137.211**

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) O empréstimo Série 6 (ISIN nº US12517GAD79), referente ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 3 de março de 2006, no valor de US$ 300 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, foi liquidado em 28/02/2011.

(b) Em 15 de janeiro de 2011 a Companhia concluiu a captação de R$ 150 milhões em notas promissórias com vencimento único em 15 de janeiro de 2012 ao custo de 106% do CDI.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 29 de março de 2011.

continua

CESP - Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

SECRETARIA DE ENERGIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

DILMA SELI PENA

CONSELHEIROS

ANDREA SANDRO CALABI
ANDRÉ LUIS DE LACERDA E SOUSA
ANTONIO MARDEVÂNIO GONÇALVES DA ROCHA
CARLOS PEDRO JENS
FERNANDO CARVALHO BRAGA
FRANCISCO VIDAL LUNA
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
ISABEL DA SILVA RAMOS KERMMELMEIER
MARCOS ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE
NELSON VIEIRA BARREIRA
PAULO RENATO COSTA SOUZA
VILSON DANIEL CHRISTOFARI

DIRETORIA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
DIRETOR - PRESIDENTE E
DIRETOR DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

VICENTE K. OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ARMANDO SHALDERS NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MITUO HIROTA
DIRETOR DE GERAÇÃO

MAURO MARQUES
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC-1SP253079-O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para destinação do lucro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 29 de março de 2011

AGNALDO CÉSAR BREVES
AMANCIO ACÚRCIO GOUVEIA
GERALDO JOSÉ SERTÓRIO COLLET SILVA
JOSÉ RUBENS GOZZO PEREIRA
PEDRO PEREIRA BENVENUTO

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP - Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE - DIRETOR - PRESIDENTE E DIRETOR DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

VICENTE K. OKAZAKI - DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ARMANDO SHALDERS NETO - DIRETOR ADMINISTRATIVO

MITUO HIROTA - DIRETOR DE GERAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **CESP - Companhia Energética de São Paulo** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* , assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CESP - Companhia Energética de São Paulo** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.